



PÓS GRADUAÇÃO
TIC EM CONTEXTOS
DE APRENDIZAGEM
ESEPF

Joaquim Araújo e Justino Andrade

Projecto de Investigação

“Contributos das Tecnologias de Informação e de Comunicação (TIC) na descoberta do Património Mundial – O caso do Centro Histórico do Porto”

Curso: Pós - Graduação em TIC EM CONTEXTOS DE APRENDIZAGEM

Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti _____ de _____ de _____



Joaquim Araújo e Justino Andrade

Projecto de Investigação

“Contributos das Tecnologias de Informação e de Comunicação (TIC) na descoberta do Património Mundial – O caso do Centro Histórico do Porto”

Curso: Pós - Graduação em TIC EM CONTEXTOS DE APRENDIZAGEM

Sob a Orientação de:

Doutora Daniela Gonçalves

Assinatura da Orientadora:

Classificação Final (Nota de Júri): _____

Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti _____ de _____ de _____



Declaração dos Autores

Declaramos que o Trabalho de Investigação apresentado foi levado a cabo de acordo com o Regulamento da Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti. O Trabalho é original, excepto onde indicado por referência especial no texto. Quaisquer visões expressas são as do autor e não representam de modo nenhum as visões da Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti. Este Trabalho, no todo ou em parte, não foi apresentado para avaliação noutras instituições de ensino superior portuguesas ou estrangeiras.

Assinaturas dos Alunos:

Data: ____ / ____ / ____

Agradecimentos

O nosso mais vivo agradecimento à **Doutora Daniela Gonçalves** pelo seu empenho na concretização deste trabalho, pela sua orientação esclarecida e pela sua disponibilidade constante.

O nosso agradecimento ao **Corpo Docente** da Pós-Graduação “TIC em Contextos de Aprendizagem” da Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti pelas ferramentas com que nos dotaram, pelas pistas que nos sugeriram, pelo ambiente de trabalho e de aprendizagem acolhedores que sempre souberam proporcionar. Agradecemos ao **Dr. Renato Rodrigues** por se ter disponibilizado para nos apoiar na sempre difícil tarefa de formatação do trabalho.

Agradecemos ao **Dr. Paulo Cardoso** a colaboração prestada na versão do Abstract que apresentamos.

Um agradecimento especial às nossas famílias pela compreensão demonstrada especialmente nestas últimas semanas.

A todos os que, duma forma ou de outra, contribuíram para o sucesso da empreitada em que nos envolvemos, o nosso mais sincero agradecimento.



Resumo

O trabalho agora apresentado tira partido, por uma lado, da formação obtida na “Pós-Graduação “TIC em Contextos de Aprendizagem” na Escola Superior de Educação Paula Frassinetti, e a formação científica e experiência profissional de cada um dos elementos do grupo e assenta na vontade profunda de contribuir para a divulgação do carácter excepcional da riqueza histórico-cultural do Centro Histórico do Porto, classificado como Património Mundial pela UNESCO daí o destaque que esta dimensão do trabalho mereceu.

Trabalho que faz a ligação entre a teoria e a prática, tendo esta última a forma de, entre outras, a criação de um website dedicado ao Centro Histórico do Porto e já disponibilizado em <http://www.portopatrimoniomundial.com>.

Percurso pelo Património não só da Cidade do Porto como pelo Património de Origem ou Influência Portuguesa e pelo Património Mundial da UNESCO.

Abstrat

The work presented takes advantage both of the training obtained in the postgraduate degree in “TIC em Contextos de Aprendizagem” (“ICT in Learning Contexts”) at the Higher School of Education of Paula Frassinetti, and the scientific training and experience of each of the elements of the group, and it is based on the deep desire to contribute to the dissemination of the exceptional historical and cultural wealth of the Historic City Centre of Oporto, classified as World Heritage by UNESCO, hence the emphasis that this dimension of the work deserved.

Work that makes the connection between theory and practice, the latter having the form of, among others, a website dedicated to the Historic City Centre of Porto and now available in: <http://www.portopatrimoniomundial.com>.

Heritage tours of the City, Origin or Portuguese Influence Heritage and the UNESCO World Heritage.



Índice

Introdução.....	1
I - Pertinência Teórica	5
1. Do conceito de "Monumento histórico" ao conceito de "Património"	5
1.1. Tempo, Memória e Património	5
1.2. Do conceito de “Monumento Histórico” ao conceito de “Património”	5
1.3. Evolução das teorias sobre o património, restauro, conservação, reabilitação	16
2. Património Mundial da UNESCO	18
2.1. Conceito de Património Mundial	18
2.2. Critérios de Classificação.....	18
2.3. Principais referências cronológicas e documentos fundamentais do Património Mundial	19
2.4. Lista do Património Mundial (World Heritage).....	20
2.5. Categorias.....	20
2.6. Património Mundial em Portugal.....	23
2.7. Património Mundial de origem portuguesa.....	24
3. A cidade do Porto.....	26
3.1. Localização geográfica.....	26
3.2. Geomorfologia da cidade do Porto	28
3.3. O Granito do Porto	30
3.4. Evolução urbana da cidade do Porto	31
4. Porto, Património Mundial.....	47
4.1. O Centro Histórico do Porto - Processo de candidatura a Património Mundial	47
4.2. Critérios de Classificação UNESCO para o Centro Histórico do Porto.....	48
4.3. Reabilitação urbana no Centro Histórico do Porto	48
4.4. Alguns exemplos de projectos, planos e intervenções recentes no Centro Histórico.....	55
4.4.1. Os primeiros projectos para o Morro da Sé/Penaventosa	55
4.4.2. Planos e intervenções no Terreiro da Sé Catedral do Porto.....	56
4.4.3. PORTO, Projecto Piloto Urbano da Sé (“Sé – Vida na Cidade Velha”) Aprovado em Novembro de 1993	58
4.4.3.1. Intervenção no Largo do Colégio em 2011	60
4.4.3.2. Intervenção na Casa Amarela	61
4.4.4. A Avenida da Ponte – dos anos 50 ao projecto de Siza Vieira.....	62
II – Pertinência Metodológica	65



1. As Tecnologias de Informação e Comunicação ao serviço da divulgação do Património.....	65
1.1. Veículos de difusão do Património: A página: <i>O Centro Histórico do Porto – Património Mundial</i> in http://www.portopatrimoniomundial.com	65
1.2. Fichas do Património Mundial - Uma situação de aula.....	68
1.3. Novas tecnologias, novas ferramentas, novos caminhos para o Património	70
Considerações finais.....	74
Bibliografia	77
Sites utilizados e sugeridos	80



Índice Figuras

Imagem 1 - Centro Histórico do Porto. Imagem panorâmica. Programa utilizado: MS ICE	3
Imagem 2 - Mapa da localização dos sítios classificados pela UNESCO em Portugal	23
Imagem 3 - Mapa da localização dos sítios classificados pela UNESCO como Património Mundial de Origem Portuguesa	24
Imagem 4 - Logotipo da associação do Património Mundial de Origem Portuguesa	25
Imagem 5 - Mapa da região do Grande Porto	26
Imagem 6 - Mapa do Concelho do Porto	27
Imagem 7 - Localização do Porto na Carta Tectónica da Península Ibérica e Mapa Geotécnico de Portugal	28
Imagem 8 - Carta Geotécnica da Cidade do Porto-2003.....	29
Imagem 9 - Pedreira da Avenida da Ponte. Diversos tipos de granito usados na mesma construção e antigo aqueduto da cidade	30
Imagem 10 - Vista geral da intervenção arqueológica realizada na Rua de D. Hugo, nº 5. Presença de estruturas fundamentais para a compreensão da ocupação desta zona.	31
Imagem 11 - Mosaico Romano – Casa do Infante.....	31
Imagem 12 - Mapa da Galiza Romana	32
Imagem 13 - "ITINERARIUM provinciarum omniû Antonini Augusti"	32
Imagem 14 - Planta com os núcleos estratégicos da presúria cristã	33
Imagem 15 - Estátua equestre de Vímara Peres evocativa da conquista do território Portucalense aos Muçulmanos em 868. Foi ali colocada no ano 1968 e é da autoria de Barata Feyo	33
Imagem 16 - Cerca Velha. Maqueta existente no Arquivo Histórico Distrital do Porto	34
Imagem 17 - Muralhas do Porto segundo o Dr. Carlos Passos sobre a Planta da Cidade de 1839 .	35
Imagem 18 - Vistas da Muralha do Séc. XIV e Postigo do Carvão.....	36
Imagem 19 - Casa do infante. Estruturas existentes do edifício primitivo.	37
Imagem 20 - Restos da muralha do século XIV. Em primeiro plano, à esquerda, os restos da Porta Nobre.....	38
Imagem 21 - Foral Novo de D. Manuel I	38
Imagem 22 - Convento de Santa Clara.....	39
Imagem 23 - Obra de Nasoni na cidade do Porto. Da esq. para a dir.: Igreja e Torre dos Clérigos, Igreja da Misericórdia e Paço Episcopal.....	40
Imagem 24 - D. João de Almada e Melo	40
Imagem 25 - Rua Nova dos Ingleses junto à feitoria Inglesa	41
Imagem 26 - Renovação da estrutura urbana (1764 – 1818)	42



Imagem 27 - Palácio da Bolsa.....	43
Imagem 28 - Praça do Anjo – Mercado do Anjo	44
Imagem 29 - Palácio de Cristal, Ponte Pênsil e Mercado Ferreira Borges	45
Imagem 30 - Melhoramento dos acessos e busca de outras centralidades (1820 – 1872).....	45
Imagem 31 - Projecto de Barry Parker da Avenida dos Aliados.....	46
Imagem 32 - Documento oficial da UNESCO com a publicação da classificação do Centro Histórico do Porto como Património Mundial e respectiva argumentação.....	48
Imagem 33 - Operação SAAL - Populações em acção	50
Imagem 34 - Porto VIVO, Sru – Zona de intervenção da Sé.....	52
Imagem 35 - Mapa das zonas e tipos de intervenção da responsabilidade da Porto Vivo, SRU	54
Imagem 36 - Porto – Zona da Sé - Intervenção no Largo do Colégio.....	54
Imagem 37 - Zona central da cidade. Proposta de remodelação sob a direcção de Gaudêncio Pacheco	55
Imagem 38 - Renovação das áreas centrais. Proposta para a criação de um novo Centro Monumental segundo o Arq. Barry Parker. 1916).....	56
<i>Imagem 39 - Remodelação da Cidade do Porto na área envolvente da Sé. Ezequiel de Campos. 1932.....</i>	<i>56</i>
Imagem 40 - Projecto de arranjo urbanístico da zona da Sé e dos Paços do Concelho. Arménio Losa	57
Imagem 41 - Actual Casa da Torre.	57
Imagem 42 - Demolição do casario em torno da Sé. Fonte: Revista Monumentos nº 14:77.....	58
Imagem 43 - Planta da Sé Catedral depois do arranjo urbanístico realizado. Fonte: Igespar	58
Imagem 44 - Planta da área limite de intervenção do Projecto Piloto Urbano da Sé (assinala a azul), inserida na planta da área classificada como Património Mundial (a verde).	59
Imagem 45 - Fotografias de 1954 da Avenida da Ponte e das demolições verificadas.	62
Imagem 46 - Recuperação Antigos Paços Concelho. Fernando Távora, Set. 96 e Vistas actuais da recuperação efectuada. 2011.	62
Imagem 47 - Avenida da Ponte. Estudo prévio de Álvaro Siza Vieira. 2001.	63
Imagem 48 - Maqueta do Projecto da Avenida da Ponte de Siza Vieira e fotograma do filme em que Siza Vieira explica as opções relativas ao Projecto de Intervenção da Avenida da Ponte.....	63
Imagem 49 - A Avenida da Ponte 2011.....	64



Introdução

“O nosso presente tem um passado e um futuro”

Somos o que somos ou melhor, somos o resultado de processos complexos, individuais e colectivos, que moldaram o nosso querer, o nosso sentir, deram forma ao que hoje somos e enformam e balizam o nosso viver.

O que somos assenta em traves mestras que, ao longo da História, foram sendo colocadas e que sustentam e dão sentido ao edifício do nosso presente. Num mundo e num tempo cada vez mais marcados por processos de globalização em que o planeta em que vivemos se alarga e se atinge de forma mais completa e onde não há um canto que não seja objecto de estudo e descoberta, vivemos num tempo e num mundo com uma forte tendência para a universalização ou “mundialização da cultura” (Warnier, 2000) e, simultaneamente, vivemos num mundo em que a aproximação ao outro adquire significado e importância crescentes.

Desde que se tornou significativa a preservação e salvaguarda da herança cultural dos povos feita de forma consciente com vista à sua transmissão às gerações futuras que se colocou a questão do que preservar, do que era significativo e socialmente digno de ser legado ao futuro.

Neste processo de estabelecimento de pontes entre passado, presente e futuro, cimenta-se um sentimento de pertença e de identidade assente numa selecção valorativa, por parte do indivíduo ou de grupos, do que é importante legar ao futuro. Estamos perante uma escolha cultural, estamos perante a noção de património quando “um indivíduo ou um grupo de indivíduos identifica como seu um objecto ou um conjunto de objectos”. (Ballart, 1997:17)

Tudo o que é criação humana tem como referencial um tempo e um espaço, “uma contextualização”, que a tornam distintiva e única, e que por esse motivo se torna irrepetível.

A criação humana está também marcada pelo efémero, pois nem tudo o que o Homem criou resistiu à passagem do tempo, sobreviveu aos seus criadores e se perpetua no tempo. Contudo, a criação humana, é também ela um acto de continuidade, de relação passado-presente, actos transformados e enriquecidos que acompanham o Homem ao longo dos tempos, criações que perduraram bem para além daqueles que os criaram. Tem sido assim através dos tempos. Não há rupturas entre passado e presente, apesar de haver quem defenda o contrário. O presente é, para esses, uma ruptura constante com o passado, uma revolução permanente, para outros, o



presente alicerça-se e entronca no passado onde encontra o seu sentido, referencial e significado. É o que é significativo que se quer transmitir em contínuo mas que, momento a momento, interrogamos, reequacionamos, valorámos.

O património, o património da humanidade coloca-nos perante questões múltiplas. De que falámos quando falamos de Património? O que devemos preservar? O que podemos “descartar”? Que legado transmitir? Como classificar? O que já está classificado? Como proteger? Património Mundial, o que é? Estas são algumas das interrogações que, ao longo deste trabalho, procuraremos dar resposta ou, pelo menos, acrescentar contributos para o seu esclarecimento.

O tema “Património” converteu-se, para a sociedade actual, numa verdadeira necessidade colectiva, num autêntico “culto popular” (Peixoto, 2002). Sabemos que o património funciona como uma ferramenta de afirmação e de legitimação de grupos sociais e, como uma estratégia para a captação de recursos (Prats, 1997: 19-24) e o maior deles reside certamente na construção do futuro.

A UNESCO, instituição especializada das Nações Unidas para a problemática das questões culturais, através da “CONVENÇÃO PARA A PROTECÇÃO DO PATRIMÓNIO MUNDIAL, CULTURAL E NATURAL”, adoptada em 1972, tem desempenhado um papel determinante na consciencialização de que existe um Património Comum da Humanidade que urge preservar e transmitir às gerações vindouras. Destacaremos não só o papel da UNESCO neste domínio como de outras instituições e organismos internacionais e nacionais que pugnam pelo mesmo propósito. A legislação produzida pelas diversas instituições internacionais e ratificada pelo Estado português, ou exclusivamente produzida em Portugal, serão também objecto de reflexão.

Genericamente, quais as razões que os movem?

A razão primeira: Qualquer que seja a dimensão, estamos perante uma riqueza que é insubstituível. A razão segunda: A consciência de que ficaremos mais pobres se o não fizermos (“a degradação ou o desaparecimento de um bem do património cultural e natural constitui um empobrecimento efectivo do património de todos os povos do mundo”). A razão terceira: A certeza de que o Homem precisa de referenciais civilizacionais que unam passado e futuro. A razão quarta: Um Património Cultural e Natural marcados e moldados pela mão criativa do Homem e denominador comum de toda a Humanidade.

Os objectivos norteadores do presente estudo visam, acima de tudo, sensibilizar a sociedade para a descoberta do Património Mundial; divulgar o Património Mundial, mais concretamente o Porto, Património Mundial; Evidenciar o contributo das Tecnologias de Informação e



Comunicação (TIC) para a divulgação do Centro Histórico do Porto, Património Mundial e criar um sítio na Internet potenciador de construção do conhecimento histórico e cultural.

Dedicamos neste trabalho, um espaço significativo ao Património Português classificado como Património da Humanidade localizado em território português através do estudo do caso do Porto, Património Mundial - Centro Histórico do Porto.



Imagem 1 - Centro Histórico do Porto. Imagem panorâmica. Programa utilizado: MS ICE

Dedicamos igualmente espaço neste trabalho à ligação entre património e as formas actuais de o dar a conhecer e assim contribuir para a sua divulgação e preservação. As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) jogam aqui um papel cada vez mais específico ao promoverem a aproximação a este património dos povos e dos indivíduos contribuindo deste modo para que este se torne verdadeiramente um património comum de toda a humanidade. Esta abordagem revestirá igualmente, por esse motivo, uma forte componente prática. Estabelece-se assim a vertente prática deste trabalho na qual de destaca a criação de um sítio na internet dedicado ao Centro Histórico do Porto – Património Mundial.

Uma última palavra para o fio condutor que procuramos estabelecer ao longo desta formação e que, sempre que se proporcionou, procuramos potenciar através da realização de trabalhos de grupo e/ou individuais em que a temática do Património, de um modo ou doutro, estivesse sempre presente. Nas diversas Unidades Curriculares da Pós-Graduação “TIC em Contextos de Aprendizagem” da Escola Superior de Educação Paula Frassinetti, que agora completamos, procurámos estabelecer um princípio de coerência nos trabalhos por nós desenvolvidos. Procurámos dar ainda mais sentido à nossa formação e assim evitar o carácter algo desgarrado que esta poderia ter adquirido.

Alguns dos exemplos práticos apresentados foram elaborados para dar consistência a essa intenção, direccionados para as diversas Unidades Curriculares da Pós-Graduação, ou elaborados especificamente para este trabalho final.

A temática escolhida visou igualmente tirar partido das sinergias da formação científica e profissional dos elementos do grupo de trabalho: um com formação científica na área de História, o outro com formação científica na área da Matemática e Ciências da Natureza e ambos ligados ao ensino.

Esperámos ter conseguido concretizar um projecto coerente de ligação entre a teoria e a prática. Esforçamo-nos, pelo menos, para que assim acontecesse.



I - Pertinência Teórica

1. Do conceito de "Monumento histórico" ao conceito de "Património"

1.1. Tempo, Memória e Património

“No livro autobiográfico “Confissões” (Livro XI, capítulo XX), Santo Agostinho de Hipona que é: “É impróprio afirmar que os tempos são três: passado, presente e futuro. Mas talvez fosse próprio dizer: os tempos são três: o presente das coisas passadas (...), o presente das presentes (...) e o presente das futuras (...). Existem, pois, três tempos na minha mente que não vejo em outra parte: lembrança presente das coisas passadas, visão presente das coisas presentes e esperança presente das coisas futuras”, ou seja, um presente das coisas passadas, um presente das coisas presentes e um presente das coisas futuras. O presente das coisas passadas é a memória, o presente das coisas presentes é a vida e o presente das coisas futuras é a espera. Considera, assim, o bispo e doutor da Igreja que passado e futuro são figuras de linguagem que facilitam determinada referência de um tempo que já foi ou que virá a ser, mas que não é. A realidade existe apenas no presente, que é o «tempo em movimento». É a partir deste entendimento que uma concepção actual de Património e de Cultura deve abranger a compreensão dos três presentes, de modo que a memória seja revivida e respeitada, assumindo a relação que se estabelece entre as pessoas, a sociedade e a herança que recebem e que projectam no futuro.

Santo Agostinho põe em evidência o poder da memória sem a qual nada se poderia imaginar nem conhecer, compreender ou apreender. Uma catedral que chega aos nossos dias apresenta diversos estilos, não apenas pelo tempo que demorou a construir, mas também pelas sucessivas adaptações, melhoramentos e acrescentos que foi sofrendo. O mesmo se diga do urbanismo, da literatura, das artes, tantas vezes situados, em períodos de transição, na encruzilhada entre a erudição e a tradição popular, ou resultantes de várias influências e de diversas transições.

Afinal, o presente é fugaz, mas é real. O passado é inacessível e já não volta, enquanto a realidade do futuro é apenas potencial, já que ainda não podemos tê-la como efectiva, porque é incerta, não apenas no longo prazo, mas em cada momento que vai acontecendo. “O tempo está na mente humana, tendo sido criado com o homem, que espera, considera e recorda” (cap. XXXIII). Esperar, considerar e recordar são componentes de qualquer atitude humana. E, assim, herança e memória têm de ser consideradas pelo valor que contêm, devendo ser defendidas e preservadas em ligação directa com a vida. Não faz sentido encarar a memória como uma realidade congelada ou paralisada no tempo. Daí as cautelas necessárias que é sempre preciso ter. Para defender, proteger ou preservar um testemunho arqueológico ou um monumento temos de considerar não só o valor histórico e patrimonial, mas também a relação que a sociedade tem com esse elemento.” In http://www.snpcultura.org/vol_patrimonio_heranca_e_memoria.html (acedido em 25.08.2011, 15:05h)

1.2. Do conceito de “Monumento Histórico” ao conceito de “Património”

O século XIX exorta o conceito de Monumento Histórico de tal modo que, Património e Monumento Histórico se fundem num mesmo conceito. Esta ideia de Património sobrevive até ao



século XX. Em França, a ideia de monumento histórico surge em 1790, pela pena de Aubin-Louis Millin e, em Espanha, no ano de 1803.

A França, em 1801, logo após o acordo entre Napoleão e a Igreja, o interesse pelos monumentos faz desenvolver plenamente o conceito de “monumento histórico”.

Em 1840, Eugène-Emmanuel Viollet-le-Duc defende a reparação dos monumentos, recuperando-os exactamente como se apresentavam, ou mesmo reconstituindo-os e restaurando-os. A sua teoria fez escola e foi levada à prática ao extremo de tornar o monumento um mero objecto de contemplação sem envolvimento nem contextualização. Viollet-le-Duc considera que a conservação e o restauro chegam mesmo a dar ao monumento a sua origem primeira. O conservador e o restaurador passam a ter um papel fundamental no monumento, prevalecendo sobre o próprio criador da obra. Opôs-se a esta prática Victor Hugo que, em 1825, justificava a sua atitude considerando que o monumento tinha significado quando enquadrado na “sua” paisagem, devidamente contextualizado, apresentando pela primeira vez a ideia de conjunto, ao mesmo tempo que se apresentava totalmente contra as demolições ou reconstituições abusivas que se estavam a realizar nas igrejas de França. A obra *Guerre aux démolisseurs* publicada em 1825 atesta bem a sua preocupação.

Na continuação destas correntes “do monumento” e “do conjunto”, John Ruskin, em Inglaterra, condena, em 1849, a reconstituição integral do monumento, do qual considerava resultar uma falsificação. Como poeta, sociólogo e crítico de Arte, alia a Ética à Arte e desenvolve uma teoria sobre a conservação. Defende que o monumento deve ser mantido exactamente como se apresenta, recorrendo-se à intervenção apenas quando está em perigo a sua conservação.

Segundo Ruskin, restaurar um edifício implica a sua destruição uma vez que se trata de uma falsificação do original, pelo que considera que o restauro nunca deveria existir. Para Ruskin bastaria apenas que se cuidasse e conservasse o monumento de modo a mantê-lo por mais tempo, embora se soubesse que a etapa final de um edifício ou monumento seria inevitavelmente a ruína portadora da memória de um povo.

Em 1877, William Morris segue as ideias de Ruskin acrescentando um cambiante que justifique o restauro, desde que devidamente identificado. Funda a Sociedade para a Protecção dos Monumentos Antigos e sublinha que no processo de restauro se deveria deixar transparecer as mutações dos edifícios ao longo dos anos. Em 1886, Camillo Boito defende que seria preferível reparar um monumento do que restaurá-lo. É em Inglaterra que aparece o significado de “reabilitação” entendida como regeneração, um novo uso dado a um edifício, a um conjunto. Morris elaborou uma teoria de síntese entre o que defendiam Viollet-le-Duc e Ruskin. O monumento contém em si uma história, uma memória, devendo-se conhecer a época em que foi produzido para que se possa entender o seu conjunto e proceder ao processo de consolidação. Boito defende ainda que mais vale prevenir, consolidar e manter do que restaurar um monumento.

Em 30 de Março de 1887, a França promulga a sua primeira lei sobre protecção de monumentos históricos, completada pelo regulamento de 1889 e posteriormente substituída pela lei de 13 de Dezembro de 1913, na qual ficam definidos os conceitos fundamentais de “monumento”,



“conservação”, “restauro”. Conceitos que a partir desta data poucas alterações irão sofrer (Audrerie, 1997).

No século passado aumentou o interesse pelos testemunhos de épocas e vidas passadas, tal como por culturas, civilizações e paisagens diferentes das europeias. A documentação das ruínas e dos edifícios monumentais isolados assume grande valor e a sua conservação e preservação.

O interesse pelos "monumentos históricos", enquanto documentos de alto valor arquitectural e cultural, visava a sua reconstituição, realce e protecção, traduzindo-se, na prática, no seu isolamento, esquecendo-se, ou mesmo destruindo, parte da zona envolvente, ainda que esta fosse igualmente histórica.

A conservação, restauro e reconstituição dizem respeito à intervenção no edifício por meio de obras que visam a sua manutenção, mas enquanto a conservação implica apenas pequenas reparações periódicas, o restauro e a reconstituição envolvem uma intervenção mais profunda, determinada por um estado mais adiantado de degradação. Para muitos, estes restauros são polémicos e demonstram falta de respeito pelo edificado.

Os principais documentos elaborados com vista a que os países salvaguardem o seu património histórico e cultural surgiram no século XX.

Em 1931 nasce a Carta de Atenas, como conclusão da Conferência Internacional de Atenas sobre o Restauro dos Monumentos, promovida pelo Serviço Internacional de Museus/Sociedade das Nações, no período posterior à Primeira Guerra, para responder aos problemas gerais de conservação e restauro de monumentos, defendia que esta devia ser feita pela manutenção regular destes de modo a terem uma ocupação efectiva, condenando as reconstruções integrais, o emprego de materiais modernos, recomendando a supressão de publicidade, postes e fios de electricidade perto de monumentos, e a cautela com as novas construções nas suas imediações.

A partir desta Carta irão surgir um conjunto de Cartas, Recomendações e Acordos que vão colocar o Património como questão primordial no devir das culturas europeias e mundiais e das quais se elencam algumas delas.

Em 1943 surgiu uma nova Carta de Atenas, publicada por Le Corbusier. Nela se refere que, embora a salvaguarda de edifícios ou de conjuntos urbanísticos com valor cultural seja muito importante, não se pode sacrificar a qualidade de vida das populações, defendendo-se a necessidade de construir novas cidades que respondessem aos direitos fundamentais do indivíduo (habitação, trabalho, circulação, recreação).

Foi nestas ideias que se inspirou a renovação urbana, uma prática mediante a qual se procede à substituição das estruturas físicas existentes, envolvendo a demolição de áreas mais ou menos vastas, para as transformar em vias rápidas, viadutos, parques de estacionamento, edifícios para escritórios e habitação, adaptando as cidades herdadas às "necessidades da vida moderna".

A partir dos anos cinquenta do século XX, os países europeus promovem medidas de gestão do Património aos níveis da administração central, regional e local. À medida que se aproximou o final do século verificou-se que entidades privadas, particulares e empresariais, e mesmo o



cidadão comum, adquiriram participação crescente no que à preservação, valorização e gestão do Património diz respeito. Tal situação responsabiliza ainda mais os serviços administrativos relativamente à preservação e valorização das Culturas e dos Patrimónios de uma região. Os sítios, conjuntos, monumentos e os bens patrimoniais móveis passam a ser objecto de fruição das populações das regiões onde se localizam ao mesmo tempo que se tornam objecto de procura turística e educacional.

Em 1964, a Carta de Veneza sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios ultrapassando o âmbito europeu da Carta de Atenas, ampliou a noção de "monumento histórico da obra arquitectónica isolada ao sítio rural e urbano que testemunhe uma civilização particular, uma evolução significativa ou um dado acontecimento histórico". Uma breve análise conceptual da Carta de Veneza, realçam-se os seguintes aspectos:

- o principal avanço disciplinar desta Carta verifica-se logo no primeiro artigo onde a definição do conceito de monumento histórico passa a englobar “ (...) não só as criações arquitectónicas isoladamente, mas também os sítios urbanos e rurais (...)” (art. 1º);

- a preocupação que se estende à necessidade de qualificação e de preservação das envolventes, destacando que “(...) sempre que o espaço envolvente subsista, deve ser conservado, não devendo ser permitidas quaisquer novas construções ou modificações que possam alterar as relações volumétricas e cromáticas (art. 6º);

- considera-se que um monumento é inseparável da história de que é testemunho e do meio em que está inserido” pelo que recusam as remoções do todo ou de parte do monumento, excepto por exigências de conservação (art. 7º);

- no importante problema da reutilização funcional, opta-se claramente por adequar o programa ao monumento “(...) sem alterar a disposição ou decoração dos edifícios”, recusando de forma implícita, a alteração do monumento para responder ao programa; realça-se de novo a essencialidade da manutenção para a conservação dos monumentos (art.º 4)

- determinando como objectivo essencial do restauro “(...) a preservação dos valores estéticos e históricos do monumento ... [que] ... deve terminar no ponto em que a conjecturas comecem” (art. 9º)

A Carta de Veneza sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios torna-se no documento internacional fundamental no que diz respeito aos princípios orientadores da conservação.

A Convenção Europeia para a Salvaguarda do Património Arqueológico de 6 de Maio de 1969, dá-nos uma definição de objectos arqueológicos como sendo todos os objectos ou traços da civilização cujo conhecimento ou estudo só sejam possíveis devido a escavações arqueológicas.

A Convenção pede aqui a aplicação de métodos científicos na pesquisa arqueológica, assim como o fim das escavações arqueológicas ilegais, como dois princípios essenciais para a salvaguarda do Património Arqueológico. Para tal recomenda a criação de "zonas de reserva", não só para



preservação do património arqueológico mas, também, para que possam ser descobertas mais tarde inclusive à luz de novos e melhores meios de investigação.

A Convenção alerta ainda para a necessidade de preparar inventários nacionais públicos e privados do património arqueológico existente, e ressalva a sua extrema importância para a componente cultural, científica e educativa da Arqueologia. Alerta, ainda, para a necessidade de haver circulação não só de objectos arqueológicos (não apenas para estudos como para exposições), mas também a importância de troca de informação entre as várias instituições a nível internacional.

Neste documento, começa a ser notória a consciencialização de que o Património Arqueológico deve ser tratado com a reverência que lhe é devida enquanto património, mas que, no entanto, deve ser tratado sempre que possível, e com os cuidados e salvaguardas necessárias, como elemento dinâmico da componente educativa e cultural.

É no início da década de 70 do século passado que, entre os dias 17 de Outubro a 21 de Novembro de 1972, em Paris, na Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), na sua décima sétima sessão e face a um conjunto crescente de preocupações se aprova a Convenção Para A Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural. Nela se afirma:

“Constatando que o património cultural e o património natural estão cada vez mais ameaçados de destruição, não apenas pelas causas tradicionais de degradação, mas também pela evolução da vida social e económica que as agrava através e fenómenos de alteração ou de destruição ainda mais importantes;

Considerando que a degradação ou o desaparecimento de um bem do património cultural e natural constitui um empobrecimento efectivo do património de todos os povos do mundo;

Considerando que a protecção de tal património à escala nacional é a maior parte das vezes insuficiente devido à vastidão dos meios que são necessários para o efeito e da insuficiência de recursos económicos, científicos e técnicos do país no território do qual se encontra o bem a salvar;

Relembrando que o Acto Constitutivo da Organização prevê a ajuda à conservação, progresso e difusão do saber, promovendo a conservação e protecção do património universal e recomendando aos povos interessados convenções internacionais concluídas para tal efeito;

Considerando que as convenções, recomendações e resoluções internacionais existentes no interesse dos bens culturais e naturais demonstram a importância que constitui, para todos os povos do mundo, a salvaguarda de tais bens, únicos e insubstituíveis, qualquer que seja o povo a que pertençam;

Considerando que determinados bens do património cultural e natural se revestem de excepcional interesse que necessita a sua preservação como elementos do património mundial da humanidade no seu todo;



Considerando que, perante a extensão e a gravidade dos novos perigos que os ameaçam, incumbe à colectividade internacional, no seu todo, participar na protecção do património cultural e natural, de valor universal excepcional, mediante a concessão de uma assistência colectiva que sem se substituir à acção do Estado interessado a complete de forma eficaz;

Considerando que se torna indispensável a adopção, para tal efeito, de novas disposições convencionais que estabeleçam um sistema eficaz de protecção colectiva do património cultural e natural de valor universal excepcional, organizado de modo permanente e segundo métodos científicos e modernos”,

O documento estabelece, de forma clara, os conceitos de património cultural e património natural, nos seguintes termos:

“I - Definições do património cultural e natural

ARTIGO 1.º

Para fins da presente Convenção serão considerados como património cultural:

Os monumentos. – Obras arquitectónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os conjuntos. – Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os locais de interesse. – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

ARTIGO 2.º

Para fins da presente Convenção serão considerados como património natural:

Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;

As formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação;

Os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista a ciência, conservação ou beleza natural.”

Igualmente chamou à responsabilidade dos Estados na salvaguarda deste património entendido como Património Comum da Humanidade.



Na Carta Europeia do Património Arquitectónico (Amsterdão, Outubro de 1975), ficou definido que “ O património arquitectónico europeu é formado não apenas pelos nossos monumentos mais importantes mas também pelos conjuntos que constituem as nossas cidades antigas e as nossas aldeias com tradições no seu ambiente natural ou construído.” Esta definição leva em linha de conta que a envolvente é uma importante parcela do valor cultural dos monumentos e que, como tal, deve também ser preservada.

Património é pois algo mais vasto que apenas o monumento em si próprio, e a sua preservação engloba a necessidade de manutenção que ultrapassa a estrutura física.

Na Recomendação de Nairobi (1976), relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e à sua função na vida quotidiana, considerou-se que os conjuntos históricos e o seu enquadramento formam um património universal e que "a sua salvaguarda e integração na vida colectiva (...) devem constituir uma obrigação para os governos e para os cidadãos dos estados em cujos territórios se encontram".

Reconhece-se como conjunto histórico ou tradicional "todo o grupo de construções e de espaços (...) que constituam um estabelecimento humano, tanto em meio urbano como em meio rural, e cuja coesão e valor são reconhecidos do ponto de vista arqueológico, arquitectónico, pré-histórico, histórico, estético ou sociocultural", merecendo menção especial os antigos bairros urbanos e os conjuntos monumentais homogéneos, e entende-se por salvaguarda "a identificação, a protecção, a conservação, o restauro, a manutenção e a revitalização dos conjuntos históricos ou tradicionais e o seu enquadramento".

O realce dado ao enquadramento dos tecidos históricos deve-se ao aumento da densidade e da escala das novas edificações, que destroem frequentemente esse enquadramento e o carácter dos valores adjacentes, considerando-se erradas tanto a destruição da envolvente de um monumento para o tornar mais visível como a colocação de edificações cuja volumetria ou estética o agridam.

Estamos perante um documento bastante pormenorizado quanto aos meios de salvaguarda, salientando que estas acções devem associar a contribuição da autoridade pública à dos proprietários, dos habitantes e utentes "cujas iniciativas se estimularão". Salienta igualmente a necessidade de acompanhar a protecção e restauro por actividades de animação, sendo para isso "essencial manter as funções existentes, em particular, o comércio e o artesanato, e criar outras novas", e de utilizar os edifícios ou conjuntos protegidos para não transformar as áreas sem vida que apenas se visitam como as “cidades fantasma” do oeste americano.

Passa a falar-se em reabilitação, reutilização e revitalização de zonas urbanas, sendo a reabilitação um processo integrado sobre uma área que se pretende manter ou salvar. Envolve o restauro ou conservação dos imóveis, a que alguns chamam de reabilitação física, e a dinamização do tecido económico e social, chamada revitalização funcional (a manutenção de um bairro implica a conservação das suas características funcionais e o aumento da sua capacidade de atracção, quer para as pessoas que lá habitam quer para o exercício de actividades económicas e sociais compatíveis com a residência).



A partir dos anos oitenta do século XX esta situação leva a que o Património seja encarado de modo mais consistente enquanto elemento de atracção Turística. Deste modo, o Património passa a ser um meio de as regiões assegurarem o seu desenvolvimento económico promovendo um Turismo Cultural que, pelo seu lado, vai exigir que as administrações centrais, regionais e locais garantam, com maior flexibilidade financeira, a conservação, o restauro, a preservação e a divulgação do Património.

A Carta de Florença sobre a Salvaguarda dos Jardins Históricos (1981) no seu art. 1, define que “Un jardín histórico es una composición arquitectónica y vegetal que, desde el punto de vista de la historia o del arte, tiene un interés público”. É considerado como “um monumento” com interesse público, devido ao seu valor histórico ou artístico definindo-se nesta carta os princípios mais apropriados para a conservação e recuperação de jardins históricos ou artísticos.

Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa ou Convenção de Granada (1985), ratificada pela A.R. em 16 de Outubro de 1990, respeita os mesmos princípios da carta anterior mas claramente vai mais longe. Pode ler-se nos artigos 11º e 12º, respectivamente:

“Artigo 11.º

As Partes comprometem-se a promover, respeitando as características arquitectónica e histórica do património:

- a) A utilização de bens protegidos, atendendo às necessidades da vida contemporânea;
- b) A adaptação, quando tal se mostre adequado, de edifícios antigos a novas utilizações.

Artigo 12.º

Sem prejuízo de reconhecerem o interesse em permitir a visita, por parte do público, dos bens protegidos, as Partes comprometem-se a garantir que as consequências de tal abertura ao público, nomeadamente as adaptações de estrutura para isso necessárias, não prejudiquem as características arquitectónicas e históricas desses bens e do respectivo meio ambiente.”

Abre-se caminho à introdução de elementos de carácter contemporâneo, na condição de não prejudicar a harmonia do conjunto, logo que estes se mostrem adequados às “necessidades da vida contemporânea” bem como contribuam para o seu enriquecimento. Acentua a necessidade de integrar o património antigo na vida, na planificação contemporânea. Se os monumentos não podem ser colocados fora da vida e conservados como elementos museológicos, isto será ainda mais válido para os conjuntos, cidades e bairros históricos, cujas funções evoluem, e cujo valor e significado se liga muito ao seu uso vivo, à presença de habitantes e actividades económicas.

A Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa pretende lançar bases para a coordenação de esforços a nível da Europa, procurando uma perspectiva comum e os princípios gerais que devem guiar a acção dos governos e dos cidadãos em face do património arquitectónico. Introduce-se a metodologia da conservação integrada, que reside no diálogo constante entre a vontade de protecção e a necessidade de planeamento, lançando mão de



meios jurídicos, administrativos, financeiros e técnicos específicos para responder à complexidade das questões que constantemente se colocam.

Em 1986 (em Toledo) surge a Carta Internacional de Salvaguarda de Cidades Históricas (ratificada em 1987 pela Assembleia Geral do Icomos), que se aplica "às cidades e aos centros ou bairros históricos com o seu enquadramento natural ou construído que, para além da sua qualidade de documento histórico, exprimam os valores das civilizações urbanas tradicionais. (...) Os valores a preservar são o carácter histórico da cidade e o conjunto de elementos materiais e espirituais que exprimem a sua imagem". Destacam-se destes elementos a morfologia urbana, a tipologia e o aspecto dos edifícios, as relações da cidade com o seu enquadramento e as diversas funções adquiridas pela urbe. "A participação e a implicação dos habitantes de toda a cidade são indispensáveis ao sucesso da salvaguarda. Elas devem ser procuradas em todas as circunstâncias, e favorecidas pela necessária tomada de consciência de todas as gerações. Nunca se deve esquecer que a salvaguarda das cidades e bairros históricos respeita, em primeiro lugar, aos seus habitantes." (art. 3º). Destaca-se igualmente neste documento, quanto aos métodos e instrumentos a utilizar, a definição de um Plano de Salvaguarda conforme tendo presente os seguintes aspectos:

"5. A planificação da salvaguarda das cidades e bairros históricos deve ser precedida de estudos pluridisciplinares.

- Plano de Salvaguarda deve compreender uma análise dos dados, nomeadamente arqueológicos, históricos, arquitectónicos, sociológicos e económicos, e deve definir as principais orientações e as modalidades das acções a empreender nos planos jurídico, administrativo e financeiro.
- Plano de Salvaguarda deverá esforçar-se por definir uma articulação harmoniosa dos bairros históricos com o conjunto da cidade.
- Plano de Salvaguarda deve determinar os edifícios ou grupos de edifícios a proteger particularmente, a conservar em certas condições e, em circunstâncias excepcionais, a destruir."

A Carta para a Protecção e Gestão do Património Arqueológico (ICOMOS, 1990), pretende abranger, na definição avançada, uma vastidão de materiais, colocando-se sob a protecção legal, todo um universo de objectos e informações associadas, a que se dá a designação genérica de património arqueológico, como pode ler-se no seu art. 1º:

"Artigo 1º

Definição e introdução

O "património arqueológico" é a parte do nosso património material, para a qual os métodos da arqueologia fornecem os conhecimentos de base. Engloba todos os vestígios da existência humana. Este conceito aplica-se aos locais onde foram exercidas quaisquer actividades humanas, às estruturas abandonadas e aos vestígios de toda a espécie, à superfície, no subsolo ou submersos, bem como a todos os objectos culturais móveis que lhe estejam associados."

A Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico que se realizou em La Valleta (Malta) em 1992, veio substituir a Convenção Europeia para a Salvaguarda do Património



Arqueológico, assinada em Londres a 6 de Maio de 1969, já no espírito da Carta para a Protecção e Gestão do Património Arqueológico de 1990.

Mais recentemente surgem:

1995 – Carta de Lisboa sobre a Reabilitação Urbana Integrada – 1º Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana

1997 - Convenção Europeia Para a Protecção do Património Arqueológico (Revista) - Convenção de Malta

1999 - Carta Internacional sobre o Turismo Cultural

1999 – Carta sobre o Património Construído Vernáculo

2000 – Carta de Cracóvia sobre os Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído – Conferência Internacional sobre Conservação

2001 - Convenção para a Protecção do Património Cultural Subaquático

2002 – Declaração de Budapeste sobre o Património Mundial – UNESCO

2005 - Convenção de Faro - Conselho da Europa

2009 - Declaração de Viena

2009 - Carta de Bruxelas

Por último, em 2010, a UNESCO aprova As Orientações Técnicas para a Aplicação da Convenção do Património Mundial no espírito da Convenção do Património Mundial referindo:

“I.B Convenção do Património Mundial

4. O património cultural e natural faz parte dos bens inestimáveis e insubstituíveis não só de cada país mas de toda a humanidade. A perda, por degradação ou desaparecimento, de qualquer desses bens eminentemente preciosos constitui um empobrecimento do património de todos os povos do mundo. Pode-se reconhecer, com base nas respectivas qualidades notáveis, «um valor universal excepcional» a certos elementos do referido património que, por essa razão, merecem ser muito especialmente protegidos contra os perigos cada vez maiores que os ameaçam.

5. Com vista a garantir o melhor possível a adequada identificação, protecção, conservação e valorização do Património Mundial, os Estados membros da UNESCO adoptaram em 1972 a Convenção do Património Mundial. A Convenção prevê a criação de um «Comité do Património Mundial» e de um «Fundo do Património Mundial». O Comité e o Fundo estão operacionais desde 1976.

6. A partir da adopção da Convenção, em 1972, a comunidade internacional adoptou o conceito de «desenvolvimento sustentável». A protecção e a conservação do património natural e cultural constituem um importante contributo para o desenvolvimento sustentável.



7. A Convenção visa a identificação, protecção, conservação, valorização e transmissão às gerações futuras do património cultural e natural de valor universal excepcional.”

Cartas e Convenções Internacionais sobre Património consultadas e disponíveis em:

<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/legislacaosobrepatrimonio/> (último acesso em 08.09.2011)



1.3. Evolução das teorias sobre o património, restauro, conservação, reabilitação ...

Os conceitos relativos às questões do Património têm evoluído ao longo dos últimos tempos, principalmente a partir da 2ª metade do século passado.

Se hoje o conceito de património Cultural é dinâmico nem sempre foi assim. Anteriormente o conceito de Património significou sobretudo os monumentos, os edifícios, os sítios arqueológicos. Era o valor intrínseco, a história das “pedras mortas” que os historiadores e especialistas entendiam preservar e transmitir. Era a herança construída que era objecto de conservação. Era o valor próprio, histórico, cultural do monumento ou da referência arqueológica que era preservado.

Hoje, as questões do Património não se esgotam no mundo dos especialistas, num mundo quase hermético, embora necessário e decisivo, e passam para a generalidade dos indivíduos, mas passa cada vez mais, por algo partilhado e vivido pela Sociedade e pelos cidadãos que assim assumem o Património Cultural como valor, algo que corresponde à criação cultural que recebemos das gerações que nos antecederam, uma herança que dá verdadeiramente sentido à memória colectiva dos povos que assim assumem um papel decisivo na sua protecção e salvaguarda.

A destruição do Património Cultural tem consequências incalculáveis em domínios como: a perda ou ameaça relativamente á coesão social e territorial e à cidadania; a destruição de elementos definidores da identidade.

O monumento ou o vestígio arqueológico deixa, deste modo, de se reportar apenas à história pretérita e passa a fazer parte das respostas contemporâneas aos estímulos sociais e à actividade comunitária. “Não se trata de um mero símbolo do passado, mas de uma projecção da memória no tempo que flui”. (Património Estudos, 2011: 32)

Os últimos anos têm sido caracterizados pela crescente consciencialização de que a conservação Patrimonial está cada vez mais ligada à consciência ambiental, sustentabilidade ambiental e equilíbrio ecológico bem como às responsabilidades da sociedade relativamente à qualidade de vida e ao desenvolvimento humano sustentável. Daqui resultam o surgimento de novos conceitos relevantes no âmbito Patrimonial como: património comum, direitos e deveres patrimoniais, património imaterial, paisagens culturais, paisagens protegidas, património natural e cultural, Património Mundial ...

Esta consciencialização crescente das sociedades enriquece a nossa ligação com o passado e alicerça, de forma coerente, o nosso futuro. Santo Agostinho fala-nos do tempo e da memória. É a



partir da História, do passado, que construímos a memória, “ o presente das coisas passadas”, como escreveu Santo Agostinho.

“O valor do património histórico passa a ter de ser coerente e articulado envolvendo conservação e protecção, apoio à criatividade e à inovação, garantindo-se que possa haver um equilíbrio entre o reconhecimento da herança e da memória e a exigência de as tornar vivas e perenes.”
(Património Estudos, 2011, pag. 35)



2. Património Mundial da UNESCO

2.1. Conceito de Património Mundial

“O valor universal excepcional significa uma importância cultural e/ou natural tão excepcional que transcende as fronteiras nacionais e reveste-se de carácter inestimável para as gerações actuais e futuras de toda a humanidade. Assim sendo, a protecção permanente deste património é da maior importância para toda a comunidade internacional”.

2.2. Critérios de Classificação

O Comité define os critérios para a inscrição dos bens na Lista do Património Mundial. Estes critérios são regularmente revistos pelo Comité do Património Mundial, de forma a reflectirem a evolução do próprio conceito de Património Mundial.

Assim, até ao final de 2004, os bens candidatos a Património Mundial eram seleccionados com base em seis critérios culturais e quatro critérios naturais. Actualmente, existe uma única série de dez critérios:

(i) [C i] Representar uma obra-prima do génio criador humano.

(ii) [C ii] Testemunhar uma troca de influências considerável durante um dado período ou numa área cultural determinada, sobre o desenvolvimento da arquitectura, ou da tecnologia das artes monumentais, da planificação das cidades ou da criação de paisagens.

(iii) [C iii] Fornecer um testemunho único ou excepcional sobre uma tradição cultural ou uma civilização viva ou desaparecida.

(iv) [C iv] Oferecer um exemplo excepcional de um tipo de construção ou de conjunto arquitectónico ou tecnológico ou de paisagem ilustrando um ou vários períodos significativos da história humana.

(v) [C v] Constituir um exemplo excepcional de fixação humana ou de ocupação do território tradicionais representativos de uma cultura (ou de várias culturas), sobretudo quando o mesmo se torna vulnerável sob o efeito de mutações irreversíveis.

(vi) [C vi] Estar directa ou materialmente associado a acontecimentos ou a tradições vivas, a ideias, a crenças, ou a obras artísticas e literárias com um significado universal excepcional.

(vii) [N i] Serem exemplos excepcionais representativos dos grandes estádios da história da terra, incluindo o testemunho da vida, de processos geológicos em curso no desenvolvimento das formas terrestres ou de elementos geomórficos ou fisiográficos de grande significado.



(viii) [N ii] Serem exemplos excepcionais representativos de processos ecológicos e biológicos em curso na evolução e no desenvolvimento de ecossistemas e de comunidades de plantas e de animais terrestres, aquáticos, costeiros e marinhos.

(ix) [N iii] Representarem fenómenos naturais ou áreas de uma beleza natural e de uma importância estética excepcional.

(x) [N iv] Conter os habitats naturais mais representativos e mais importantes para a conservação in situ da diversidade biológica, incluindo aqueles onde sobrevivem espécies ameaçadas que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação. In http://www.unesco.pt/cgi-bin/cultura/temas/cul_tema.php?t=14 acedido em 17.09.2011, 15:50.

2.3. Principais referências cronológicas e documentos fundamentais do Património Mundial

1931 - Carta de Atenas [pt] - Escritório Internacional dos Museus/Sociedade das Nações

1964 - Carta de Veneza [pt] - II Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos/ICOMOS

1972 - Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural [pt] – UNESCO

1975 - Carta Europeia do Património Arquitectónico [pt] - Conselho da Europa

1976 - Recomendação sobre a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e da sua Função na Vida Contemporânea [en][fr][es] – UNESCO

1981 - Carta de Florença sobre a Salvaguarda de Jardins Históricos [en][fr][es] – ICOMOS

1985 - Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa, Granada [pt] - Conselho da Europa

1990 – Carta Internacional sobre a Protecção e a Gestão do Património Arqueológico [pt] – ICOMOS

1987 – Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas [pt] – ICOMOS

1991 – Recomendação nº R (91) 13 sobre a Protecção do Património Arquitectónico do Século XX [en][fr]– Conselho da Europa

1992 – Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico (revista) [en][fr]– Conselho da Europa

1994 – Carta de Villa Vigoni sobre a Protecção dos Bens Culturais da Igreja - Secretariado da Conferência Episcopal Alemã e Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja [pt]

1995 – Carta de Lisboa sobre a Reabilitação Urbana Integrada – 1º Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana

1997 - Convenção Europeia Para a Protecção do Património Arqueológico (Revista) - Convenção de Malta [en, fr, pt]



1999 - Carta Internacional sobre o Turismo Cultural [en][fr][es]- ICOMOS

1999 – Carta sobre o Património Construído Vernáculo [en][fr][es] – ICOMOS

2000 – Carta de Cracóvia sobre os Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído [pt] – Conferência Internacional sobre Conservação

2001 - Convenção para a Protecção do Património Cultural Subaquático [pt] - UNESCO

2002 – Declaração de Budapeste sobre o Património Mundial [pt] – UNESCO

2005 - Convenção de Faro [pt][en][fr] - Conselho da Europa

2009 - Declaração de Viena [pt]

2009 - Carta de Bruxelas [es]

2010 - Orientação Técnicas para Aplicação do Património Mundial [pt]

In <http://www.igespar.pt/Patrimonio/Legislacaosobrepatrimonio/> acessido em 15.09.2011,15:45

2.4. Lista do Património Mundial (World Heritage)

Os bens na Lista do Património Mundial, integram uma das categorias apontadas na Convenção e satisfazer pelo menos um de dez critérios de selecção. Estas categorias e critérios encontram-se definidos na Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural (1972) e nas Orientações para a aplicação da Convenção do Património Mundial.

Os bens devem possuir valor excepcional e satisfazer o critério de autenticidade.

Dos 936 bens, de 153 Estados, que o Comité do Património Mundial da UNESCO inscreveu na Lista do Património Mundial (725 bens culturais, 183 bens naturais e 28 bens mistos), 11 deles situam-se em território português e muitos outros, espalhados por três continentes, atestam a existência de um património mundial de origem portuguesa.

2.5. Categorias

São considerados como património cultural (Artº 1 da Convenção de 1972):

Os monumentos – Obras arquitectónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;



Os conjuntos – Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os locais de interesse – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

São considerados como património natural (Artº 2 da Convenção de 1972):

Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;

As formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação;

Os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista a ciência, conservação ou beleza natural.

São considerados património misto cultural e naturais os bens que respondem a uma parte ou à totalidade das definições de património cultural e natural que constam dos artigos 1º e 2º da Convenção.

As paisagens culturais são bens culturais e representam as «obras conjugadas do homem e da natureza» a que se refere o artigo 1º da Convenção. Ilustram a evolução da sociedade humana e a sua consolidação ao longo do tempo, sob a influência das condicionantes físicas e/ou das possibilidades apresentadas pelo seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, económicas e culturais, externas e internas.

Para fins operacionais, o Comité do Património Mundial identificou e definiu várias categorias específicas de bens possuidores de valor cultural e/ou natural e adoptou orientações específicas para facilitar a avaliação desses bens quando eles são propostos para inscrição na Lista do Património Mundial. Presentemente, essas categorias são as seguintes, embora seja provável que outras se lhes venham juntar em devido tempo:

a) paisagens culturais: são bens culturais e representam as «obras conjugadas do homem e da natureza» a que se refere o artigo 1º da Convenção. Ilustram a evolução da sociedade e dos estabelecimentos humanos ao longo dos tempos, sob a influência dos condicionamentos materiais e/ou das vantagens oferecidas pelo seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, económicas e culturais, internas e externas.

As paisagens culturais dividem-se em três categorias principais:

(i) A mais fácil de identificar é a paisagem claramente definida, intencionalmente concebida e criada pelo homem, e que engloba as paisagens de jardins e parques criadas por razões estéticas que estão muitas vezes (mas não sempre) associadas a construções ou conjuntos religiosos.

(ii) A segunda categoria é a paisagem essencialmente evolutiva. Resulta de uma exigência de origem social, económica, administrativa e/ou religiosa e atingiu a sua forma actual



por associação e em resposta ao seu ambiente natural. Estas paisagens reflectem esse processo evolutivo na sua forma e na sua composição. Subdividem-se em duas categorias: - uma paisagem relíquia (ou fóssil) é uma paisagem que sofreu um processo evolutivo que foi interrompido, brutalmente ou por algum tempo, num dado momento do passado. Porém, as suas características essenciais mantêm-se materialmente visíveis;

- uma paisagem viva é uma paisagem que conserva um papel social activo na sociedade contemporânea, intimamente associado ao modo de vida tradicional e na qual o processo evolutivo continua. Ao mesmo tempo, mostra provas manifestas da sua evolução ao longo do tempo.

(iii) A última categoria compreende a paisagem cultural associativa. A inscrição destas paisagens na Lista do Património Mundial justifica-se pela força da associação a fenómenos religiosos, artísticos ou culturais do elemento natural, mais do que por sinais culturais materiais, que podem ser insignificantes ou mesmo inexistentes.

b) cidades e centros históricos: Os conjuntos urbanos susceptíveis de inscrição na Lista do Património Mundial repartem-se por três categorias principais:

(i) as cidades mortas, testemunhos arqueológicos inalteráveis do passado que geralmente satisfazem o critério da autenticidade, e cujo estado de conservação é relativamente fácil de controlar;

(ii) as cidades históricas vivas que, pela sua própria natureza, foram e continuarão a ser levadas a evoluir sob o efeito de mudanças socioeconómicas e culturais, o que torna mais difícil qualquer avaliação em função do critério de autenticidade e mais aleatória qualquer política de conservação;

(iii) as cidades novas do século XX, que paradoxalmente têm algo de comum com as duas categorias mencionadas anteriormente: a sua organização urbana original continua bem visível e a sua autenticidade é certa, mas o seu futuro está comprometido por uma evolução em grande parte incontrolável.

c) canais do património: Um canal é uma via navegável construída pelo homem. Pode possuir um valor universal excepcional do ponto de vista da história ou da tecnologia, intrinsecamente ou enquanto exemplo excepcional representativo desta categoria de bens culturais. O canal pode ser uma obra monumental, a característica distintiva de uma paisagem monumental linear, ou parte integrante de uma paisagem cultural complexa.

d) rotas do património: Uma rota do património é composta de elementos materiais que devem o seu valor cultural às trocas e a um diálogo multi-dimensional entre países ou regiões, e que ilustram a interacção do movimento, ao longo de toda a rota, no espaço e no tempo. In http://www.unesco.pt/cgi-bin/cultura/temas/cul_tema.php?t=14 acedido em 16.09.2011:16:10



2.6. Património Mundial em Portugal

MAPA com a localização dos bens classificados



Imagem 2 - Mapa da localização dos sítios classificados pela UNESCO em Portugal

Lista do Património Mundial Classificado em território português:

Centro Histórico de Angra do Heroísmo nos Açores
Mosteiro dos Jerónimos e Torre de Belém em Lisboa
Mosteiro da Batalha
Convento de Cristo em Tomar
Centro Histórico de Évora
Mosteiro de Alcobaça
Paisagem Cultural de Sintra
Centro Histórico do Porto
Sítios Arqueológicos no Vale do Rio Côa
Floresta Laurissilva na Madeira
Centro Histórico de Guimarães
Alto Douro Vinhateiro
Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico

<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/mundial/portugal/>
acedido em 18.09:2011,9:00

2.7. Património Mundial de origem portuguesa

O significado e a influência cultural do património de origem portuguesa disperso pelo mundo como resultado das grandes viagens de descoberta, que propiciaram o contacto entre diferentes povos e civilizações, são largamente reconhecidos.

Não só a língua portuguesa conta hoje com mais de 200 milhões de falantes, como a própria Lista do Património Mundial estabelecida pela UNESCO inclui, a par dos 13 bens patrimoniais localizados em território português, outros 21 de origem ou influência portuguesa, distribuídos por quinze países de três continentes.

É do processo de adaptação às realidades naturais existentes, bem como da permuta cultural entre portugueses e populações locais que resulta a singularidade do património cultural de origem portuguesa nos continentes africano, americano e asiático.



Imagem 3 - Mapa da localização dos sítios classificados pela UNESCO como Património Mundial de Origem Portuguesa

Os 11 bens patrimoniais seleccionados da lista de Património Mundial da UNESCO são aqueles que congregam, de uma forma mais completa, a diversidade de testemunhos resultantes da presença dos portugueses naqueles territórios. Efectivamente, ainda hoje esta influência é evidente em domínios tão plurais como o traçado urbano, os edifícios existentes, a linguagem, os hábitos e costumes e a devoção religiosa.

- Centro Histórico de Ouro (Minas Gerais - Brasil)**
- Centro Histórico de Olinda (Pernambuco - Brasil)**
- Centro Histórico de S. Salvador (Baía – Brasil)**
- Santuário do Bom Jesus de Matosinhos (Minas Gerais - Brasil)**
- Igrejas e Conventos de Goa (Goa - Índia)**
- Ilha de Moçambique (Nampula - Moçambique)**
- Centro Histórico de Diamantina (Minas Gerais – Brasil)**
- Centro Histórico de Goiás (Goiás – Brasil)**
- Cidade Portuguesa de Mazagão (El Jadida – Marrocos)**
- Centro Histórico de Macau (Reg. Adm. Especial de Macau – R.P. China)**

Cidade Velha (Ribeira Grande – Cabo verde)

Para além dos 11 bens patrimoniais seleccionados, existe uma diversidade de outros que atestam a presença portuguesa no mundo. Contudo, o contributo da cultura portuguesa para a criação, desenvolvimento ou projecção desses bens, surge a par de outras influências, nomeadamente a espanhola, a francesa, a inglesa ou a holandesa. Tal significa que nestes casos não estamos perante bens patrimoniais de origem portuguesa mas perante património que atesta a presença portuguesa no mundo. In <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/mundial/origemportuguesa/> acedido em 20.09.2011,9:34



Para dar corpo a este legado comum, depois de criada a **WHPO**, World Heritage Portuguese Origin (Património Mundial de Origem Portuguesa), no passado dia 26 de Outubro de 2010, em Lisboa, procedeu-se à assinatura da Declaração de Coimbra, a Rede WHPO, ou seja, a Rede Internacional do Património Mundial de Origem Portuguesa, unindo 24 país do mundo.

Imagem 4 - Logotipo da associação do Património Mundial de Origem Portuguesa

No passado dia 29 de Julho de 2011, celebrou-se o primeiro aniversário da página “Património de Origem Portuguesa no Mundo”, dedicada à divulgação do Património de Origem Portuguesa no Mundo. Esta página visa a divulgação dos núcleos urbanos, das fortalezas, dos sítios arqueológicos, e dos edifícios e monumentos que consubstanciam o conjunto de bens do que hoje se designa de Património de Origem Portuguesa no Mundo. A preocupação de salvaguarda e protecção desse património é preocupação constante dos que nela colaboram. in <http://pt-br.facebook.com/pages/Patrim%C3%B3nio-de-Origem-Portuguesa-no-Mundo/142672235750973> acedido em 30.08.2011

Os meios de comunicação social dão conta que este património corre riscos e encontra-se sob ameaça constante. Os organismos que tutelam o Património Mundial, o Comité Património Mundial, lançam constantes avisos sobre situações preocupantes e às quais urge dar resposta. É o caso da recente publicação desta notícia sobre as preocupações da UNESCO sobre o Património Mundial de Macau com o título: “UNESCO preocupada com Património Mundial de Macau” publicada no passado dia 31 de Agosto, 2011 e que referia estar a UNESCO “ preocupada com a «integridade visual» do Património Mundial de Macau perante o desenvolvimento da cidade, que carece de um plano urbanístico, mas garante não estar em cima da mesa a possibilidade de perda da classificação. O Comité do Património Mundial da UNESCO decidiu, em Junho, exigir ao Governo de Macau a apresentação de um relatório sobre o estado de conservação do património classificado até 1 de Fevereiro de 2013, apontando «preocupações» com a sua protecção e ausência de disposições legais”. Lusa/SOL

3. A cidade do Porto

3.1. Localização geográfica

O grande Porto localiza-se no Noroeste (NW) da Península Ibérica e de Portugal, na região do Douro Litoral, está rodeado pelas sub-regiões do Cávado e Ave a Norte, a Este pelo Tâmega, a Sul por Entre Douro e Vouga e a Oeste pelo Oceano Atlântico, onde desagua o Rio Douro na foz entre o Porto e Vila Nova de Gaia.

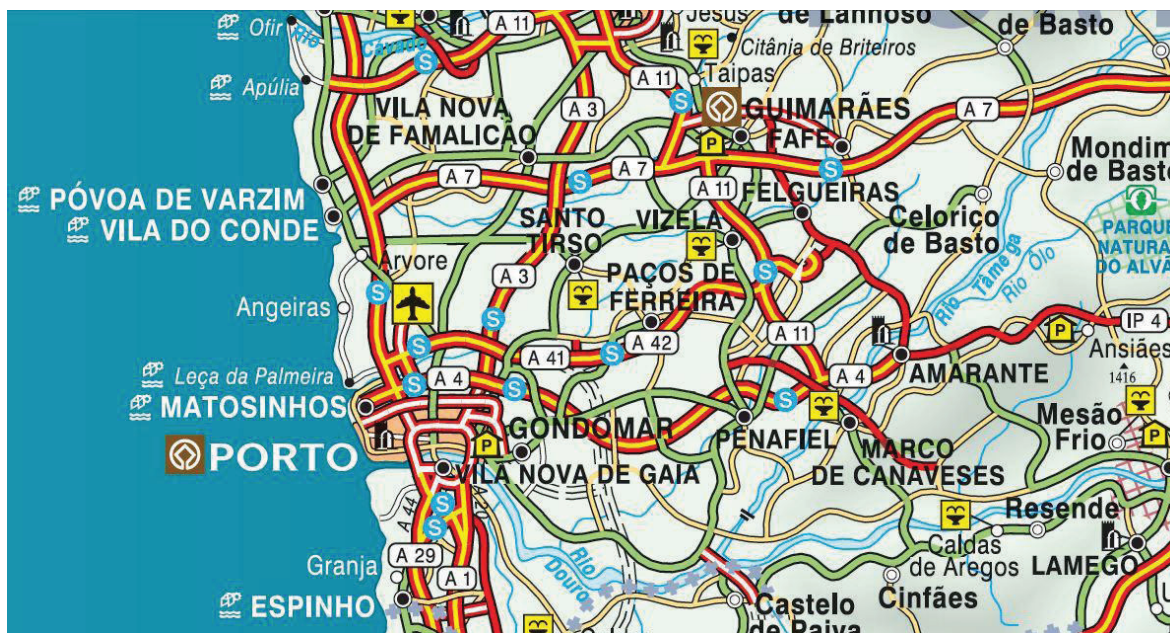


Imagem 5 - Mapa da região do Grande Porto

O Porto, sede do município homónimo com 41,66 km² de área, tendo uma população de 237.559 habitantes (2011). A cidade é considerada uma cidade global, sendo a capital do Distrito do Porto, da Área Metropolitana do Porto e da região estatística do Norte, sub-região do Grande Porto é constituído por 130 freguesias, repartidas por 9 concelhos: Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Valongo, Vila Nova de Gaia e obviamente o Porto, formam entre si um único aglomerado urbano, conta com cerca de 1.816.045 habitantes, o que a torna a maior do noroeste peninsular e a segunda maior de Portugal.

A cidade do Porto é conhecida como a Cidade Invicta. É a cidade que deu o nome a Portugal desde muito cedo (c. 200 a.C.), quando se designava de Portus Cale, vindo mais tarde a tornar-se a capital do Condado Portucalense. É ainda uma cidade conhecida mundialmente pelas suas pontes e arquitectura contemporânea e antiga, o seu Centro Histórico, classificado como Património Mundial pela UNESCO.

Coordenadas GPS - Centro Histórico do Porto: Latitude: 43° 29' 10" N - Longitude: 8° 13' 47" W

Freguesias do Concelho do Porto:

1. Aldoar
2. Bonfim
3. Campanhã
4. Cedofeita



Imagem 6 - Mapa do Concelho do Porto

5. Foz do Douro
6. Lordelo do Ouro
7. Massarelos
8. Miragaia
9. Nevogilde
10. Paranhos
11. Ramalde
12. Santo Ildefonso
13. São Nicolau
14. Sé
15. Vitória

3.2. Geomorfologia da cidade do Porto

A Região do Porto localiza-se no NW de Portugal e integra-se no designado hercínico da Península Ibérica, que sob o ponto de vista geotectónico, na Zona Centro Ibérica e a Zona de Ossa Morena. “A Zona Centro Ibérica é caracterizada pela existência de um substrato metassedimentar ante-ordovícico, designado por complexos Xisto-Grauváquino, sobre o qual assentam, discordantemente formações Paleozóicas. Estas formações foram cortadas e metamorfizadas por acção das intrusões de rochas granitóides, no decurso da Orogenia Hercínica”, (Guimarães-2007).

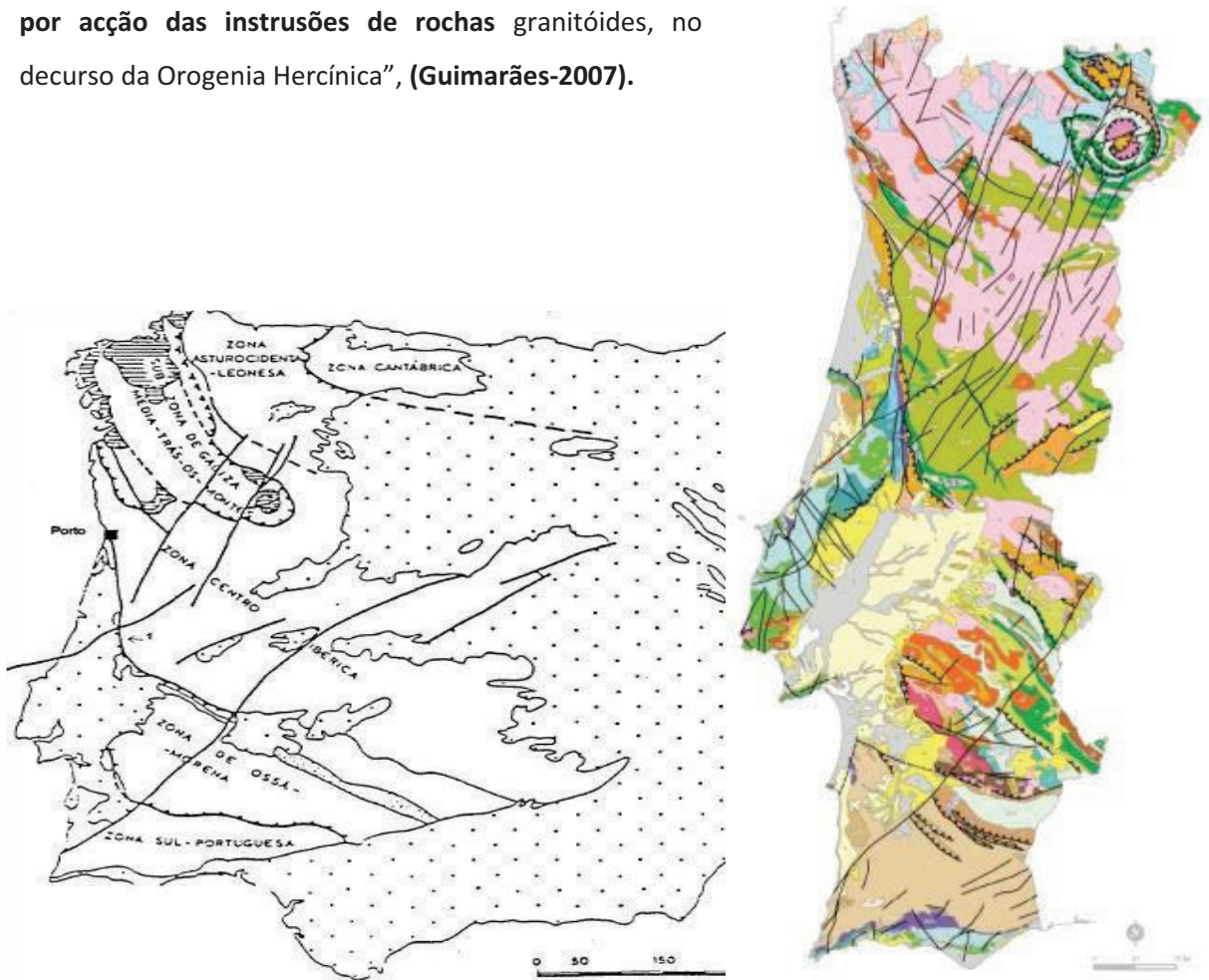


Imagem 7 - Localização do Porto na Carta Tectónica da Península Ibérica e Mapa Geotécnico de Portugal

A cidade do porto ocupa uma plataforma litoral, coberta de depósitos marinhos onde os cursos de água principais entalham verdadeiras gargantas, como é o caso do Rio Douro; ligado a uma evolução geomorfológica dos agentes hidrográficos. Limitada pelo interior por um rebordo escarpado que poderá corresponder a uma arriba contemporânea, ou escarpa posterior modelada ou não pela acção do Mar.

Todo o substrato litológico, em que a cidade assenta, é constituído por Rochas Graníticas e Xistosas da era primária e por alguns depósitos quaternários sobre as primeiras fruto da inter-relação da dinâmica Fluvial Oceânica.

A Carta Geológica, editada em 1957 pela Câmara Municipal do Porto – CMP, foi o primeiro registo geológico da cidade. Em 2003 houve uma actualização da Carta Geotécnica da Cidade, constituindo o mais recente levantamento geológico efectuado, a uma escala de maior pormenor.

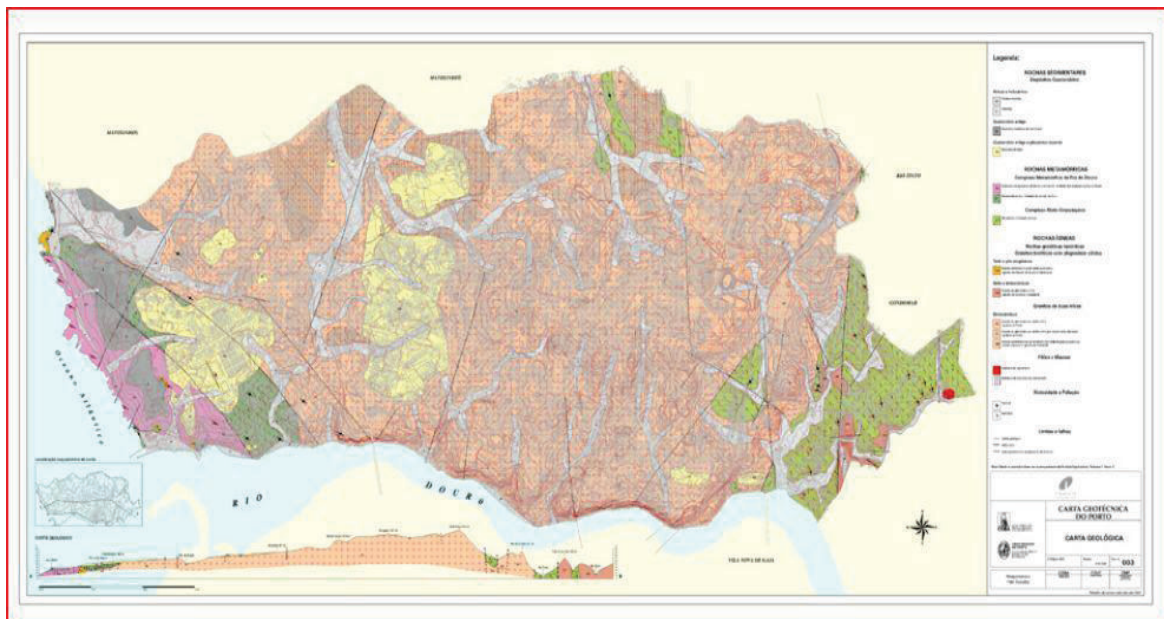


Imagem 8 - Carta Geotécnica da Cidade do Porto-2003

Rochas metamórficas

Quanto a este grupo há que distinguir na cidade do Porto dois grupos distintos: Complexo Metamórfico da Foz; zona ocidental da cidade constituída por metassedimentos e anfíbolitos e o complexo Xisto-Grauváquico, que forma uma sequência espessa essencialmente de fácies tipo “flysch” resultantes das primeiras fases da orogenia, constituído por materiais do desmantelamento da cadeia de montanha formadas durante a colisão entre zonas em períodos pré-câmbrios. Transformando-se em xistos luzentos, micaxistos, gnaisses, migmatitos.

Rochas sedimentares

Sob esta designação incluem-se os depósitos marinhos do quaternário, existente na faixa litoral e os terraços fluviais do quaternário antigo e pliocénico. Além que por toda a área se encontrarem inúmeros depósitos actuais, associados a linhas de água secundárias, rios e ribeiros.

Rochas Graníticas

Neste grupo de rochas pode-se dizer que na cidade do Porto existem dois tipos: os granitos biotíticos com plagioclase cálcico e os granitos de duas micas, dominantes na cidade, designados por: “Granito do Porto”

3.3. O Granito do Porto

“As pedras para persistirem como eram terão de ser cuidadosamente acarinhadas pelo Homem”

Ramalho Ortigão



Imagem 9 - Pedreira da Avenida da Ponte. Diversos tipos de granito usados na mesma construção e antigo aqueduto da cidade

A cidade do Porto não pode ser dissociada do seu granito, quer ligado à sua geologia, património natural, quer ligado ao património construído. Tendo em conta estes dois aspectos a cidade foi-se moldando ao seu relevo arquitectando edificações desde a ocupação pré-romana até à actualidade.

Segundo a classificação dada pela Carta Geotécnica do Porto o seu granito é classificado como de grão médio a grosseiro, de duas micas sintectónico em grande parte da sua área, sob o ponto de vista mineralógico é representado pelo feldspato potássico caulinizado, de cor variável. Este define na paisagem um alinhamento NW-SE devido às estruturas hercínicas, com cerca de 310 a

315 milhões de anos, envolvido por terrenos metamórficos que a Nordeste pertencem ao complexo Xisto-Grauváquico e a Sudoeste ao complexo metamórfico da Foz do Douro.

“Orograficamente o Porto assenta numa série de colinas coroadas de planaltos, de maior altitude a nordeste baixando suavemente em direcção ao oceano e a foz do Douro, e de modo abrupto para o lado do rio” (Carrington da Costa-1938).

Esta pedra natural, utilizada na construção da nossa cidade, constitui um acessível recurso para o Homem, que a utiliza a seu belo prazer nas mais diversas situações, tanto no desenvolvimento de objectos arquitectónicos, culturais e pessoais.

Assim pelas suas características, numa cidade como a do Porto, a paisagem urbana pode ser estudada como um museu natural na qual a história geológica da região, esta presente nas mais distintas formas: edifícios, esculturas, fontes, pavimentos, etc.....

3.4. Evolução urbana da cidade do Porto

A cidade, no seu Centro Histórico, apresenta um denso tecido urbano que é o resultado da sobreposição de planos urbanísticos sucessivos, assente numa geomorfologia de traços bem caracterizados e delimitadores das opções tomadas ao longo dos tempos.

3.4.1. O núcleo populacional primitivo

O Morro de Pena Ventosa é uma colina que atinge cerca de 80 m de altura, de difícil acesso, contornada por vertentes de acentuado declive, com boa visibilidade sobre o estuário do rio Douro e com condições topográficas e hidrológicas favoráveis à implantação de habitações e à fixação de populações, o que aconteceu desde, pelo menos, o período proto-histórico, conforme confirma os trabalhos arqueológicos realizados na Rua de D. Hugo, que permitiram identificar um



perfil estratigráfico que regista períodos de ocupação sucessiva deste espaço, pelo menos desde inícios do 1º milénio a. C.,



Imagem 10 - Vista geral da intervenção arqueológica realizada na Rua de D. Hugo, nº 5. Presença de estruturas fundamentais para a compreensão da ocupação desta zona.

Imagem 11 - Mosaico Romano – Casa do Infante

período do Bronze final e inícios da primeira era da Idade do Ferro. Entre os séculos III e II a.C. está documentada a continuidade da ocupação na Pena Ventosa por restos de casas pré-romanas, castrejas, de planta redonda e com vestígios, documentados pela arqueologia, de contactos com povos oriundos do Mediterrâneo. Os vestígios encontrados, nomeadamente material cerâmico, atestam essa ligação.

Em termos de desenvolvimento urbano é possível referir como sendo os Romanos (séc. II a.C. a meados do século I. d.C.), os primeiros a conferir um cunho urbano a este espaço. O grande salto em termos urbanísticos deverá ter ocorrido em finais do século II, inícios do séc. III, dada a existência de alicerces de uma muralha do século III que terá sido responsável pela alteração de habitações pré-existentes, e responsável pelo corte de casas, caminhos e, reduzindo então, o espaço urbano, ao novo espaço muralhado. Este povoado já deveria organizar-se com uma zona aberta ribeirinha e uma zona alta fortificada. As habitações eram de planta rectangular. Fora desta muralha, existem vestígios de fixação de populações na Ribeira (actual Casa do Infante onde foram encontrados vestígios de mosaicos romanos do séc. IV), em Miragaia e, naturalmente, no Morro da Cidade. No século IV, Calem é referida no Itinerário Antonino como a última estação viária antes de Braga (Bracara Augusta).



Ad septem aras mpm.	8.	Eminio mpm.	71	10.
Budua mpm.	12.	Talabrica mpm.		40.
Volatium	9	Langobrica mpm.		18.
Plagiarum mpm.	12.	Calem mpm.		13.
Emerita mpm.	30.	Bragara mpm.		35.
A Bilo itinere.		Cliter a Bragara Asturicam milia plus minus, 2+7. sic.		
Cliter a ab Olisippo Emeritã milia plus minus, 2+0. sic.		Salatia mpm.		20.
Gerabrica mpm.	32.	Presidio mpm.		26.
Scallabum mpm.	30.	Caladuno mpm.		26.
Tubuci mpm.	32.	Ad aquas mpm.		18.
Fraxinum mpm.	31.	genio		
Mundobrica mpm.	30.	Pinetum mpm.		20.
Ad septem Aras mpm.	14.	Roboretum mpm.		36.
Plagiaria mpm.	20.	Complectica mpm.		34.
Fmerita mpm.	30.	Vematia mpm.		25.
Cliter ab Olisippo Bragarã milia plus minus, 2+4. sic.		Perauontium mpm.		28.
lerabrica mpm.	30.	Argentolum mpm.		15.
Scalabum mpm.	32.	Asturica mpm.		14.
Celum	32.	Cliter per Loca Maritima.		
Cellium mpm.	32.	Cliter a Bracara Asturicam milia plus minus, 2+7. sic.		
Conembrica mpm.	34.			

Imagem 12 - Mapa da Galiza Romana

<http://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Gazetteer/Maps/Periods/Roman/Places/Europe/Iberia/1.html>

acedido em 22:08:2011, 00:32

Imagem 13 - "ITINERARIUM provinciarum omniũ Antonini Augusti"

<http://www.celtiberia.net/verimg.asp?id=4819> acedido em 22:08:2011, 00:35

Os povos de origem germânica como os Suevos, os Visigodos, estes últimos pelo séc. VI., ocupam igualmente este espaço no ano de 585-6. Em 589, Portucale torna-se sede de diocese no III^o Concílio de Toledo.

3.4.2. A Cidade Medieval

Cinco anos após o início da invasão muçulmana da Península Ibérica, dá-se a conquista de Portucale pelos Árabes no ano de 716 que só seria recuperada no ano de 868 quando o conde cristão Vímara Peres

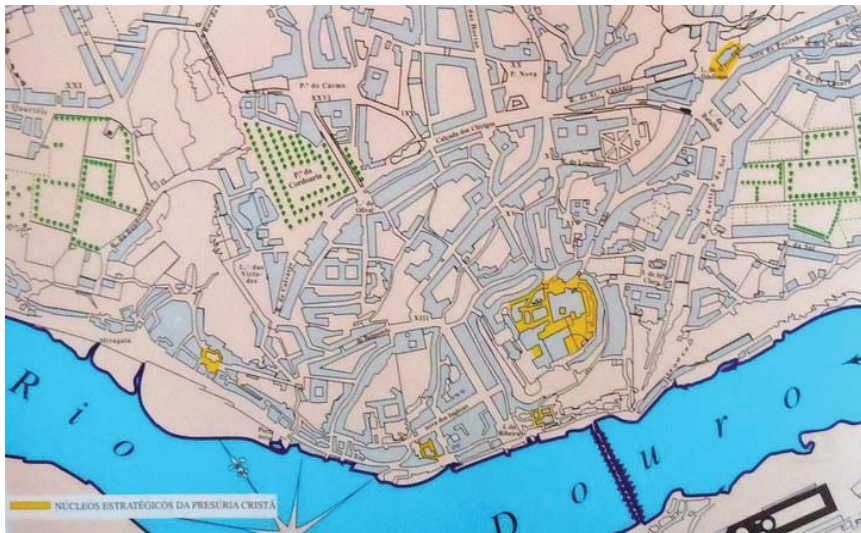


Imagem 14 - Planta com os núcleos estratégicos da presúria cristã. (assinalados a amarelo)

Imagem 15 - Estátua equestre de Vímara Peres evocativa da conquista do território Portucalense aos Muçulmanos em 868. Foi ali colocada no ano 1968 e é da autoria de Barata Feyo. Foto dos autores.

realiza a presúria de Portucale dando início a uma fase de repovoamento e de renovação urbana. No século XI, 1096-97, dá-se a concessão do governo de Portucale ao conde D. Henrique da Borgonha. O ano de 1114 é importante na história da cidade dada a tomada de posse do bispo D. Hugo da diocese do Porto. Em 1120, D. Teresa entrega ao bispo a jurisdição do burgo e território limítrofe, o Couto Portucale. Em 1123, D. Hugo concede Carta de Foral aos moradores no burgo portuense.

O Porto era no século XII uma cidade episcopal, em torno duma catedral que então se começava a construir. Em seu redor, um conjunto de ruas, vielas, pequenos largos e becos ocupavam a

plataforma superior da Pena Ventosa e daí partiam novas artérias para ligar novas zonas habitadas.

O desenvolvimento urbano da cidade, e de forma especial, desta zona da cidade, dá-se de forma consistente a partir do Séc. XI e continuada até meados do séc. XIV. Foi neste período que se traçaram e delinearam as ruas e os espaços construídos cuja estrutura permanece até ao presente. É a Sé o centro desse dinamismo urbano.

Em termos defensivos, no século XII, sobre as fundações de muros anteriores, hoje identificados como de origem romana, reconstruiu-se uma cerca muralhada que muitos apelidaram de Cerca Velha ou Sueva, mas que aqui identificamos como Cerca Românica.



Imagem 16 - Cerca Velha. Maqueta existente no Arquivo Histórico Distrital do Porto

Esta cerca tinha um perímetro de 750 metros e uma área que atingia 4 hectares e possuía 4 portas: a Porta de Vandoma, defronte à Rua Chã, demolida em 1855; a Porta ou Arco de Sant’Ana, demolida em 1821; a Porta de S. Sebastião, desaparecida em 1819 e a Porta de N^ª S^ª das Verdades, até ao século XIV, conhecida por Porta das Mentiras, da qual se desconhece a data de demolição. Desta cerca existe um pequeno trecho bem como um pequeno cubelo reconstruídos junto à Sé.

No Século XIII, a cidade desenvolve-se em torno de dois núcleos fundamentais: a zona alta, o Morro da Sé, marcada pela Sé Catedral, a cidade do Bispo e a zona baixa, a Ribeira, cidade dos

mercadores e dos burgueses ligados por uma malha urbana medieval que se estendia, em cascata, da Sé à Ribeira e por eixos de ligação viários entre eles. O eixo mais antigo seguia pela rua “Detrás da Sé” (actual Rua de D. Hugo), pela Porta das Verdades pelas Escadas do Barredo e um outro eixo mais acessível à circulação seguia pela Rua dos Mercadores, da Bainharia, Rua Escura e pela Porta de S. Sebastião.

Na Baixa Idade Média, a expansão da cidade ocupa um segundo monte, o da Vitória, e sobe pela depressão entre aquelas duas elevações, o vale do Rio da Vila.

A Idade Média marcou a forma urbana do Centro Histórico, com os seus arruamentos e equipamentos – como o conjunto da Sé Catedral, os mosteiros de S. Domingos e S. Francisco, a Alfândega Régia e Casa da Moeda, a Praça da Ribeira, entre outros –, mas há permanências da época romana em alinhamentos como o da Rua dos Mercadores / Bainharia / Rua Escura, o eixo viário de ligação do antigo “portus” à cota alta.

O Porto do século XIV teve uma grande expansão do povoamento ao longo da margem ribeirinha do Douro o que reflecte a importância crescente das actividades comerciais-marítimas.

Em 1320 o Porto era uma pequena cidade, activa sim, mas muito abaixo, tanto em área como em população, de outros povoados do reino como Lisboa, Évora, Braga ... O seu crescimento deu-se ao longo da centúria de Trezentos.

A construção de uma nova muralha abarcando espaços muito mais amplos do que os contidos na primitiva cerca atestam bem o crescimento urbano e as novas preocupações de quem governa.

Todo o século XIV testemunhou esse facto, mormente a partir do reinado de Afonso IV.

É no tempo deste monarca que se começa a erguer a nova muralha da cidade cujos trabalhos se darão por concluídos no reinado de D. Fernando - daí o nome por que, indevidamente, são

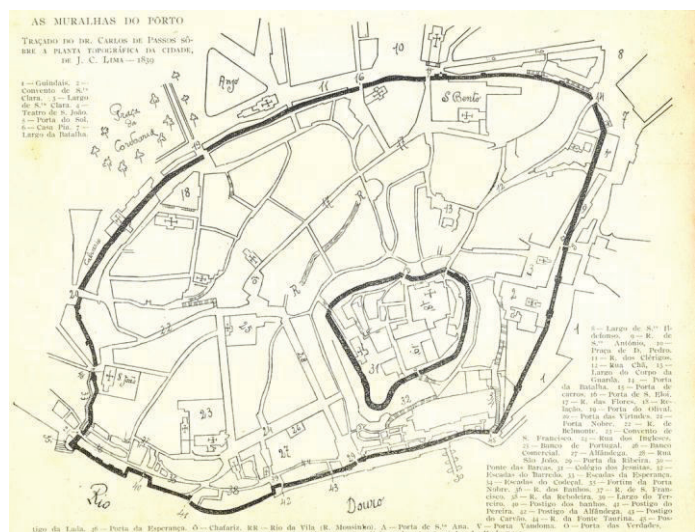


Imagem 17 - Muralhas do Porto segundo o Dr. Carlos Passos sobre a Planta da Cidade de 1839

conhecidas popularmente por “Muralhas Fernandinas”. A obra, como era habitual nesse tempo, exigiu o auxílio de gente das cercanias, nela também interessadas.

A sua construção, procurando unir as duas cumeadas com a zona ribeirinha, marcou para futuro a delimitação da área com frente para o Rio Douro onde se localiza o Centro Histórico. A muralha, começada a construir em 1336 e terminada 40 anos mais tarde, reflectia já o seu progresso.

Este muro, de traçado geométrico e uma altura de 30 pés (9 m), de alto porte e grande robustez, era recortado de ameias salientes, tendo vários cubelos e torres elevadas e ainda numerosas portas e postigos (dezoito, no total, 7 dando para terra e 11 para o rio). Com um perímetro de cerca de 3.000 passos (2.600 m), limitava uma área de 44,5 hectares. Vias principais, cerca de 15. Freguesias, uma só, a da Sé com cerca de 5700 habitantes nos finais do séc. XIV.

Era uma cidade virada para o rio como o atestava o elevado número de Portas e Postigos que, na muralha, abriam a cidade ao rio. Este constituía a base fundamental da sua sobrevivência e da sua feição. A cidade que viu nascer Henrique, o Navegador, era



Imagem 18 - Vistas da Muralha do Séc. XIV e Postigo do Carvão

uma cidade de feição medieval na qual se reafirma a vocação comercial-marítima e artesanal das suas gentes. Grande parte da população do Porto, como refere um documento da época, “são homens mercadores e que vivem por suas mercadorias e vão para fora da terra usar delas”.

A cidade, agora muralhada, estendia-se entre a Ribeira, a Sul, e o Rossio do Olival, mais a Norte, o que vai permitir o encontro do comércio marítimo e fluvial com o comércio terrestre. A cidade funcionava como ponto de escoamento e de entrada de produtos para todo o Norte do país.

O surto comercial e artesanal fez realçar os locais de transacção, armazenagem e, naturalmente, de cobrança de impostos reais e outros. A popularmente chamada “Casa do Infante”, foi armazém e Alfândega Real e, se calhar, berço de príncipe real. A sua localização atesta bem a nova centralidade e importância desta zona da cidade.

As imediações das principais portas converteram-se em centros animados de convívio - os rossios. Situavam-se sempre perto de uma saída cidade, ora dentro (casos do Rossio da Ribeira - actual praça da Ribeira e do Rossio ou Campo do Olival - a noroeste, à saída da porta do mesmo nome), ora fora da muralha (caso do vasto Rossio de Mijavelhas, a nordeste, actual Campo 24 de Agosto, já mais longe da porta de Cimo de Vila).



Imagem 19 - Casa do infante. Estruturas existentes do edifício primitivo.

Fonte: Original de Manuel de Sousa. Wikipédia.

Outros nós vitais das cidades eram as praias e os terrenos junto ao mar ou aos rios navegáveis, as Ribeiras. A cidade do Porto tinha (e tem) a sua Ribeira.

A construção da Muralha do século XIV, demonstra a preocupação com a protecção dos focos populacionais do burgo portuense. É uma muralha imponente para a época mas que, mesmo assim, deixava “desprotegida” a zona de Miragaia, não incluída no novo perímetro muralhado. Esta muralha irá marcar os séculos seguintes quer pelas condicionantes que vai determinar quer pelos momentos de ruptura com o tecido urbano Medieval.

3.4.3. Século XV e XVI

Rasga-se uma nova artéria na cidade, a Rua Nova (ligava a Rua dos Mercadores ao Convento de S. Francisco) estruturante eixo de circulação, e para a época, considerada “comprida e larga” e que vai marcar um grande avanço em termos urbanísticos. Considera-se como o primeiro caso de planeamento urbanístico do reino e cortava com a mentalidade labiríntica medieval. Esta prova a alteração da dominação da Porta Miragaia ou Porta Nova, passando a designar-se como “Porta Nobre”, a porta de maior dignidade na cidade.

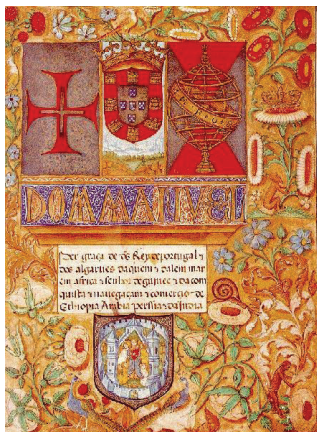


Imagem 20 - Restos da muralha do século XIV. Em primeiro plano, à esquerda, os restos da Porta Nobre.

Fonte: <http://aportanobre.blogspot.com/2009/11/bairro-dos-banhos-demolicao-em-curso.html> acedido em 21:07:2011,9:13

A cidade desenvolve-se em torno de três núcleos principais: A Sé, a Ribeira e o Olival. Estes estavam ligados entre si por dois eixos viários principais: da Praça da Ribeira à Porta de Cimo de Vila (na Batalha) e da Reboleira à Porta do Olival. Neste período o Terreiro ou Largo de S. Domingos tornou-se num autêntico centro cívico e de reunião dado aí encontrarmos o Convento de S. Domingos, a feira e se realizarem reuniões da autarquia portuense.

A cidade do Porto, nesta época, apresenta uma estrutura com configuração radioconcêntrica, ou seja, marcada por eixos viários radiais cortados por eixos transversais. A cidade abre-se ao exterior, através das portas da muralha, que dão acesso às principais vias por onde circulam



gentes e mercadorias de e para a cidade: Porta de Carros (ligava a Guimarães); Porta do Olival (ligava a Braga); Porta de Cimo de Vila (ligava a Penafiel); Porta de Miragaia (ligava à Foz) e Porta do Sol (ligava a Entre-os-Rios).

A cidade cresce em termos de desenvolvimento económico e urbano e recebe em 1517, Foral Novo de D. Manuel I. Neste período abre-se a rua de Santa Catarina das Flores que ligava o Largo de S. Domingos e o Convento de S. Bento da Avé-Maria, permitindo o desenvolvimento urbano da margem direita do rio da Vila e estabelecendo a ligação entre a Baixa da Ribeira e a Porta de Carros.

Imagem 21 - Foral Novo de D. Manuel I

Este período é marcado pela construção de grandes edifícios religiosos e assistenciais, tais como: Convento de Santa Clara, Convento dos Lóios, Convento de S. Bento de Avé-Maria e Monchique (fora de portas), Hospital de D. Lopo, Convento de S. João Novo, Mosteiro de S. Bento da Vitória (autorizado em 1598 e iniciado em 1604), Colégio de S. Lourenço e Igreja com o mesmo nome (popularmente conhecida por igreja dos Grilos).



Imagem 22 - Convento de Santa Clara

3.4.4. Século XVII

Este século assistiu à construção da Casa da Relação e Cadeia por iniciativa de Filipe II (que viria a ruir no século XVIII), do Convento dos Carmelitas Descalços (este já fora dos muros da cidade) e assistiu-se ao concluir da construção Mosteiro e Igreja de S. Bento da Vitória que se arrastou ao longo de todo o século XVII.

O período dos Filipes foi marcado pelo reordenamento dos espaços públicos. São exemplos disso as primeiras alamedas do Olival, Hortas e Batalha, com plantação de árvores e colocação de bancos de repouso. Renovou calçadas, preocupou-se com o abastecimento de água às populações e na melhoria dos cais de acostagem.

O período pós Restauração tem a marca da Igreja dadas as dificuldades e preocupações que o reino atravessava. A fundação do Colégio de Nossa Senhora da Graça dos Meninos Órfãos da cidade do Porto em 1651, pelo Pe. Baltazar Guedes e o Recolhimento do Anjo.

3.4.5. Porto no século XVIII - Do tempo de Nasoni ao tempo dos Almadás

Muitos dos edifícios civis e religiosos construídos na cidade têm o traço ou a influência de Nicolau Nasoni, que a partir de 1725, aqui desenvolveu notáveis obras que marcaram profundamente toda a cidade. De destacar a frontaria da Igreja da Misericórdia e o monumental conjunto dos Clérigos em que se destaca a Torre, imagem emblemática da cidade do Porto. Reconstrução do Paço Episcopal, intervenção no edifício da Sé Catedral, Igrejas dos Carmo, Terço e Santo Ildefonso, Casa do despacho da Ordem Terceira de S. Francisco, Palácio de S. João Novo e Palácio do Freixo, a Casa de Ramalde e a actual Casa-Museu de Guerra Junqueiro.



Imagem 23 - Obra de Nasoni na cidade do Porto. Da esq. para a dir.: Igreja e Torre dos Clérigos, Igreja da Misericórdia e Paço Episcopal.

De entre as futuras opções urbanísticas de fundo estão, sem margem de dúvida, as levadas a cabo pelos Almadãs que marcarão a cidade e o seu urbanismo como anteriormente a cidade tinha sido marcada pela sobreposição de planos urbanísticos de épocas muito diversas como a época romana e medieval onde se destacam as duas cinturas de muralhas que condicionaram sucessivamente o seu processo de expansão urbana.

Até meados do século XVIII o Porto esteve condicionado fisicamente pela muralha construída no século XIV. A partir de meados desse século, surge uma conjuntura favorável às actividades económicas mercantis ligadas à comercialização e exportação de vinho do Porto associada à criação, pelo Marquês de Pombal, da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro.

A nomeação de João de Almada e Melo em 1757 como Governador de Armas do Porto granjeou-lhe prestígio ao ponto de marcar, à frente da Junta de Obras Públicas, o destino urbano da cidade do Porto por quase três décadas. O seu poder aumentou quando, em 1764, foi nomeado Governador das Justiças da Relação e Casa do Porto. Estes cargos permitiram-lhe, por inerência, intervir profundamente nos destinos da cidade.



Imagem 24 - D. João de Almada e Melo

A sua acção foi fundamental pois pela primeira vez foi elaborado um plano estratégico para a cidade, definindo-se eixos de escoamento de tráfego e respectivas ligações transversais, implantando-se novos edifícios públicos e criando-se um novo modelo arquitectónico e um conjunto de normas de licenciamento de construções particulares.

Urbanisticamente, o período de Setecentos é muito rico. No Porto, sob o impulso dos Almadás, abrem-se novas ruas e reestruturam-se ou criam-se novas praças no tecido mais antigo, para encanar a parte terminal do insalubre Rio da Vila e desafogar a densa malha urbana, permitindo facilitar a relação entre a Ribeira e a parte alta da cidade (Rua de S. João, Praça da Ribeira e Praça de S. Roque). Abrem-se (Rua de Santo António) ou melhoram-se outras (Rua dos Clérigos, antiga Calçada da Natividade), criando um importante eixo este-oeste no exterior imediato da muralha; procede-se à urbanização de áreas rurais, sobretudo a norte e a oeste, nos Laranjais e a poente de Cedofeita, de acordo com planos de base ortogonal. Rasgam-se ou beneficiam-se significativamente os arruamentos que servem a ligação da cidade com o exterior (Cedofeita, Almada, Santa Catarina-Bela Princesa e Santo Ildefonso). Constroem-se também diversos equipamentos públicos (Hospital de Santo António, Casa da Feitoria Inglesa, Real Academia da Marinha e do Comércio, actual Reitoria da Universidade do Porto) e varandas-jardim sobre o Douro, a oeste e leste, nas Virtudes e nas Fontainhas.



Imagem 25 - Rua Nova dos Ingleses junto à Feitoria Inglesa

Na linha do que vinha ocorrendo em Paris, Roma, Londres e outras cidades europeias, o século XVIII é também uma época particularmente importante na perspectiva da criação de novos equipamentos que reforçam a urbanidade, na perspectiva formal e funcional.

A esta época estiveram associadas duas figuras que, não tendo sido nem arquitectos nem engenheiros militares, conseguiram identificar-se de tal forma com o que nessa altura foi

realizado, que os verdadeiros responsáveis se apagam. Esses homens foram João de Almada e Melo e, seu filho, Francisco de Almada e Mendonça que lhe seguiu as pisadas. Apesar das transformações ocorridas, a cidade manteve-se virada para o Douro, sempre marcado por uma forte presença de embarcações. Pela Praça da Ribeira, Rua Nova dos Ingleses, Rua de S. João e Largo de S. Domingos passava o dinamismo económico e social da cidade. Apesar disso, fora da área amuralhada, vão surgindo as primeiras fábricas precursoras do dinamismo industrial do século seguinte. O Porto atinge assim as portas da modernidade.

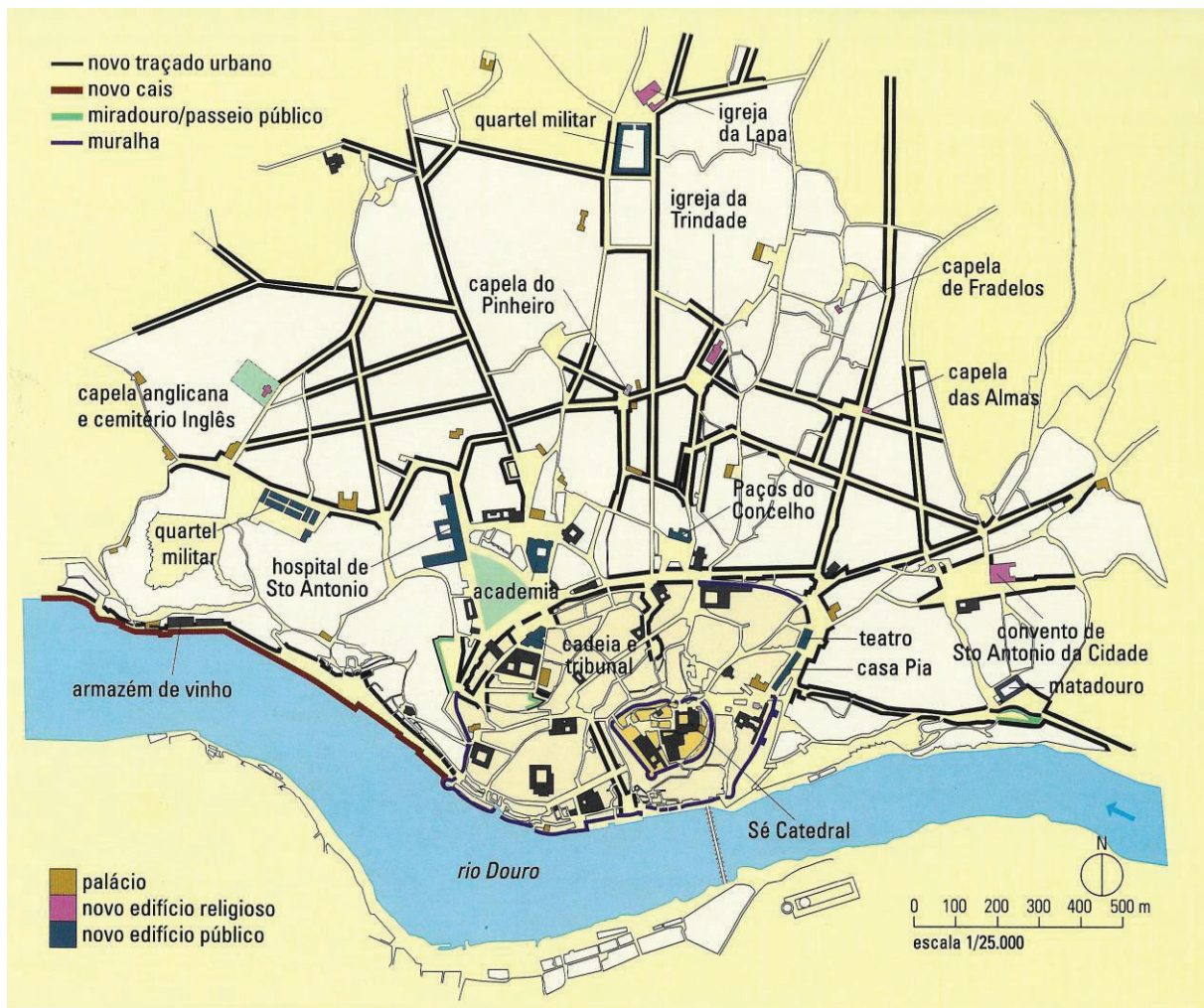


Imagem 26 - Renovação da estrutura urbana (1764 – 1818)

3.4.6. O Porto do século XIX



Apesar de nas primeiras décadas da centúria terem sido pautadas por uma forte instabilidade política marcada pelas invasões napoleónicas e pela guerra civil de 1832-1834, e o Cerco do Porto de 1832-33 ter destruído a cidade

Imagem 27 - Palácio da Bolsa

antiga nas zonas da Baixa Ribeirinha e encostas circundantes, a primeira metade de Oitocentos, a sociedade e a economia são já fortemente marcadas pelo robustecimento do capitalismo e pelo triunfo da burguesia, estando o seu poder muito associado do ponto de vista simbólico à imponência de equipamentos como a Nova Alfândega (iniciada em 1859, e construída sobre um aterro na zona de Miragaia), a sede da Associação Comercial do Porto, popularmente conhecida por Palácio da Bolsa, na Praça do Infante (1842) e à presença dos primeiros bancos (de que o inicial terá sido o Banco Comercial do Porto, aberto em 1835).

Assiste-se a um adensamento da malha urbana, abertura de novas artérias extra-muros (ex: Rua dos Bragas, Álvares Cabral) e a diversificação da tipologia habitacional, repartida entre habitações de cariz popular e operária e habitações marcadamente burguesas. No tecido económico, a crescente separação entre local de residência e trabalho, a diminuição da importância dos vendedores ambulantes e artesãos e a força crescente de uma segmentação entre fabrico e venda, conduzem a uma forte reestruturação económica de base territorial em qualquer das cidades, com emergência de áreas fabris e ruas comerciais.

A primazia do sector têxtil sobre os demais é evidente, nele trabalhando cerca de 2/3 dos empregados em unidades fabris recenseadas nos inquéritos de 1845 e 1852. O número e a importância das fábricas aumentam significativamente na segunda metade do século XIX e a cidade passa a ser marcadamente industrial: em 1881, são recenseados 37.377 operários (quando a população total da cidade em 1878 é de 111.667) e multiplicam-se as grandes unidades do têxtil, sobretudo algodoeiro, mas também da metalurgia, da cerâmica, do alimentar e de diversos outros sectores, um pouco por todo o lado, seja na periferia da malha urbana e dentro dos limites do concelho (Bonfim, Cedofeita, Massarelos, Lordelo, ...), ou no exterior da cidade, em Matosinhos (onde se concentra a indústria conserveira), ou junto às estações de caminho-de-ferro, onde podem constituir pólos de certa importância, como nas Devesas (Vila Nova de Gaia), na Senhora da Hora (Matosinhos), em Rio Tinto (Gondomar) e em Ermesinde (Valongo).

A segunda metade do século XIX é decisiva para a afirmação do comércio fixo. As feiras são forçadas a migrar para espaços cada vez mais periféricos (Boavista, Corujeira e Arca d’Água), libertando para usos “mais urbanos” os terreiros que se transformam em praças, as mais diversas, e jardins, no caso de S. Lázaro e da Cordoaria (em 1834 e 1867, respectivamente). Edificam-se os mercados do Anjo e do Bolhão, em 1839, ao mesmo tempo que os estabelecimentos comerciais fixos, com marcada influência europeia, se multiplicam, especializando-se e refinando-se. Deste modo, muitas das artérias largas e rectilíneas da parte alta, de fora da muralha, e em muitos casos de construção ou beneficiação almadina, são densamente preenchidas (com destaque para Santo

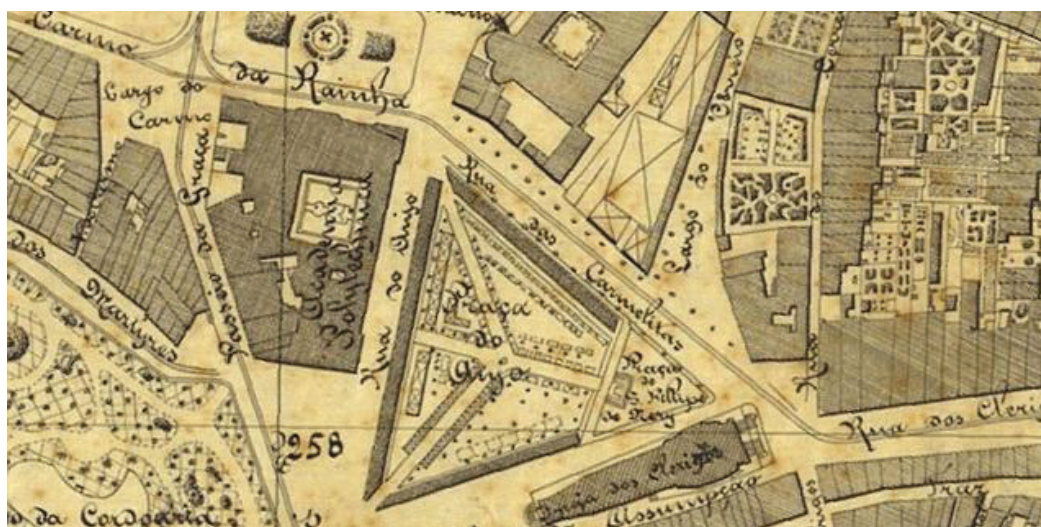


Imagem 28 - Praça do Anjo – Mercado do Anjo

António, Clérigos, Santa Catarina, Almada e Cedofeita), sendo raras, e a excepção notável a Rua das Flores, as artérias comerciais prestigiadas na parte mais antiga da cidade. Uma nova centralidade surge: A Praça Nova e áreas circundantes. Em termos viários assume particular importância a Rua Mouzinho da Silveira que ligava a Rua Nova dos Ingleses (actual Rua do Infante D. Henrique) ao Convento de S. Bento de Avé-Maria.

O comércio contribui para a afirmação de um novo centro, que se consolida no exterior da cidade antiga e à cota alta, e que é, num primeiro tempo, sobretudo administrativo (conta com a presença da Câmara Municipal desde 1819) e social (para o que contribui a localização de alguns cafés que são local de permanência regular de conhecidos intelectuais e políticos).

Em termos arquitectónicos este período ficou igualmente marcado pela Arquitectura do Ferro com edifícios ligados à actividade comercial e industrial como foi o caso do Mercado Ferreira Borges.

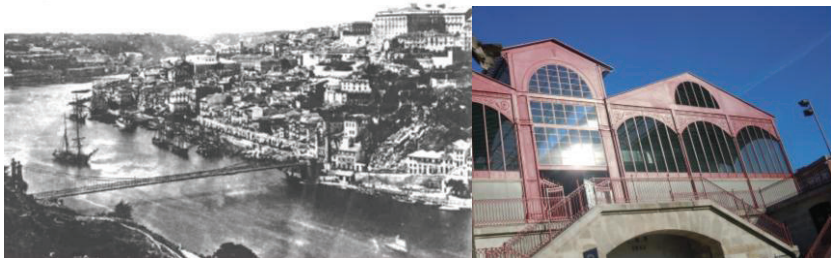


Imagem 29 - Palácio de Cristal, Ponte Pênsil e Mercado Ferreira Borges



Imagem 30 - Melhoramento dos acessos e busca de outras centralidades (1820 – 1872)

Em 1865 a 1ª Exposição Internacional organizada em território nacional e a construção de ligações entre as margens do Porto e Gaia, no rio Douro: a Ponte Pênsil (inaugurada em 1843) mais tarde, a ponte ferroviária de D. Maria Pia, inaugurada em 1877 e a Ponte de D. Luís I, de duplo tabuleiro, inaugurada em 1886. Com a Ponte D. Maria Pia, passava a ser possível uma ligação, a partir da Estação de Campanhã, com a capital do reino sem ter de se ir apanhar o comboio à estação das Devesas. Nos finais deste mesmo século começam os preparativos para a construção da futura

Estação de S. Bento que só será inaugurada a 1 de Maio de 1915. O Porto encontrava-se já ligado por via férrea, a partir de Campanhã, desde 1875 com o norte (linha do Minho até Nine), até Penafiel (linha do Douro) e, a partir da Boavista, com a Póvoa de Varzim. Assiste-se ao desenvolvimento dos transportes urbanos com destaque para o *Americano* (1872) ligando a Alfândega a Matosinhos. O carro eléctrico circula pela primeira vez no Porto em 1895. Este ano de 1895 conhece igualmente a inauguração do Porto de Leixões. Foi neste ano que ficou definido o actual território da cidade e respectivo concelho.

3.4.7. Porto do início do século XX

O início do século XX é um período de intensa actividade urbanística na cidade, com a abertura e regularização de artérias na área central a propiciar os espaços que permitem afirmar uma nova imagem arquitectónica, acolher os fluxos acrescidos de pessoas e mercadorias e sedear os estabelecimentos de comércio e serviços que por esta altura aumentam e se qualificam de forma

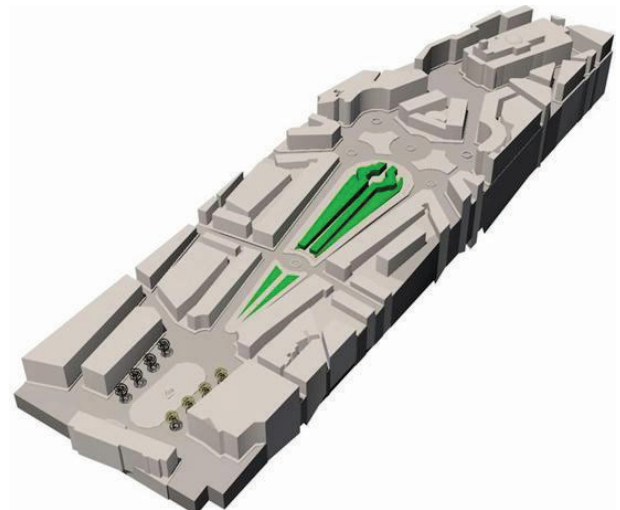


Imagem 31 - Projecto de Barry Parker da Avenida dos Aliados

elaborado por alunos da FAUP.

muito sensível, correspondendo a uma maior procura e acrescida exigência de uma população mais conhecedora e ávida de novidades. Numa época marcada por grandes obras, constroem-se pontes e também se conquista território junto à água. Mas, entre todos, a obra mais emblemática é a abertura, de acordo com projecto de Barry Parker, da Avenida dos Aliados, em 1916 e onde se virá a construir, no topo norte, o novo edifício da Câmara Municipal. Esta nova avenida assume-se como o novo coração da cidade, centro económico e financeiro bem como, centro do poder local. Em 1915 conclui-se a Avenida da Boavista. A cidade expande-se numa nova direcção: para ocidente ...

4. Porto, Património Mundial

4.1. O Centro Histórico do Porto - Processo de candidatura a Património Mundial

Em 1991, a edilidade portuense apresentou a candidatura do Centro Histórico da cidade à UNESCO tendo em vista a sua classificação como Património Mundial da Humanidade. As razões fundamentais invocadas foram as seguintes:

- Presença de relevantes valores arqueológicos.
- Importância dos aspectos históricos inscritos na evolução urbana e na arquitectura.
- Intervenções urbanas, espontâneas ou planeadas, de diferentes épocas: vielas tortuosas da Idade Média bem adaptadas à topografia, ruas rectilíneas e pracetas da Renascença, vias que vão dar a monumentos barrocos.
- Conjunto de monumentos e edifícios representativos do românico, gótico, maneirismo, barroco, neoclássico, arte nova, etc.
- Valor da arquitectura civil, sabiamente adaptada às características locais e reflectindo condições económicas, sociais e culturais de diferentes épocas, com aspectos tanto tradicionais como eruditos.
- Numa área de 90 hectares, um conjunto de cerca de 3000 prédios de habitação e comércio, sem grandes intrusões descaracterizadoras.
- Presença de mais de 20.000 habitantes formando uma comunidade viva e activa, preservando as suas tradições e valores culturais.
- Processos de recuperação e de reabilitação, com projectos de integração social, já concretizados.
- Grande valor estético e carácter cénico, com uma enorme riqueza panorâmica, resultante da complexidade do terreno, do modo harmonioso como as ruas se articulam, da implantação dos grandes edifícios e monumentos, da relação com o rio, dos efeitos visuais diversificados consoante a luz e o tempo.
- Existência de uma unidade estética e visual, apesar da variedade das formas e dos materiais.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL
ORGANIZATION

CONVENTION CONCERNING THE PROTECTION OF THE
WORLD CULTURAL AND NATURAL HERITAGE

WORLD HERITAGE COMMITTEE

Twentieth session
Merida, Mexico

2-7 December 1996



The Historic
Centre of Oporto

755

Portugal

C (iv)

The Committee decided to inscribe the nominated property on the basis of cultural criterion (iv) considering that the site is of outstanding universal value as the urban fabric and its many historic buildings bear remarkable testimony to the development over the past thousand years of a European city that looks outward to the west for its cultural and commercial links.

Imagem 32 - Documento oficial da UNESCO com a publicação da classificação do Centro Histórico do Porto como Património Mundial e respectiva argumentação in <http://whc.unesco.org/archive/1996/whc-96-conf201-21e.pdf> acedido em 20.08.2011, 10:11

4.2. Critérios de Classificação UNESCO para o Centro Histórico do Porto

“A UNESCO decidiu aprovar a inclusão do Centro Histórico do Porto na Lista do Património Mundial, com base no IV Critério Cultural. Considerou que este bem possui notável valor universal pelo seu tecido urbano e pelos seus inúmeros edifícios históricos que testemunham de forma notável o desenvolvimento ao longo do último milénio de uma cidade europeia virada para o ocidente pelas suas ligações comerciais e culturais.

A proposta de inscrição refere que *‘tanto como cidade, como realização humana, o Centro Histórico do Porto constitui uma obra-prima do génio criativo do Homem. Interesses militares, comerciais, agrícolas e demográficos convergiram neste local para dar abrigo a uma população capaz de edificar a cidade. O resultado é uma obra de arte única no seu género e de alto valor estético. Trata-se de um trabalho colectivo que não resulta duma obra pontual, mas sim de sucessivas contribuições’.* “

4.3. Reabilitação urbana no Centro Histórico do Porto

“Tendo sofrido sucessivas modificações e adaptações ao longo dos tempos, nela se verificou durante o século XIX um conjunto de transformações que a conduziu a um estado de sobreocupação humana, de desintegração social e de degradação física das habitações e dos espaços públicos. Esta situação manteve-se e acentuou-se até à década de 1970.

As concepções urbanísticas das décadas de 1940 a 1960 propunham a demolição pura e simples das áreas mais degradadas. Foi o que se fez, por exemplo, com o velho casario defronte da Sé que, em 1939-40, foi destruído para alargamento do Terreiro da Sé; com a abertura da chamada "Avenida da Ponte" (nos anos 50), que desventrou o Morro de Cividade, destruindo o antigo Largo do Corpo da Guarda; bem como alguns trechos do Barredo e de Miragaia.



Sob a orientação do arquitecto Fernando Távora constitui-se, na década de 1960, um grupo de trabalho, cujas conclusões foram publicadas em forma de relatório em 1969, elaborado segundo os princípios da Carta de Veneza, com propostas que visavam a renovação urbana do Barredo.

Entretanto, a revolução de 25 de Abril de 1974 e as alterações que acarretou vieram trazer uma nova abordagem do centro histórico que passou a ser encarado, não apenas no aspecto dos monumentos, mas também como um valor patrimonial global que inclui valores históricos, arquitectónicos e estéticos, mas também uma realidade social e cultural.

O impulso revolucionário traduziu-se no surgimento das primeiras iniciativas sistemáticas de reabilitação urbana do centro do Porto. A criação do Comissariado para a Renovação Urbana da Área da Ribeira-Barredo (CRUARB), ainda em 1974, tinha como princípios a defesa da residência das classes populares no centro histórico e a recuperação do vasto património histórico, cultural e edificado dessa área da cidade chegando-se a definir os principais traços da estratégia de intervenção da instituição, segundo João Campos, consultor do CRUARB: “na actuação que o CRUARB tem levado a cabo está inscrita a matriz da Revolução dos Cravos. (...) Tratando-se de manter a cidade viva, é da reabilitação mesma das pessoas que tem que cuidar-se, para que as características globais de um património continuem asseguradas. A intervenção levada a cabo no Centro Histórico tem sido realizada através de políticas de reenquadramento social (que passam pela habitação e por todo um conjunto de medidas urbanísticas complementares), implicando a fixação das famílias ao seu bairro e, mesmo, à sua rua de origem. As gentes que dão sentido às próprias características dos espaços da cidade, e que com eles se identificam, garantem a interacção fundamental para que o património físico continue sendo desses habitantes (e) da cidade—e não uma área transfigurada para outros usos mais ou menos exclusivistas (por exemplo, o turismo), passando a ser apreciada sob pontos de vista exógenos e com finalidades externas ao meio social original”. in <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n55/n55a06.pdf> acedido a 2.09.2011,9:00

O 25 de Novembro de 1975 veio cercear os ímpetus revolucionários, contribuindo decisivamente para nova inflexão nas estratégias de planeamento e organização do espaço urbano.

Em 1976, o SAAL, Serviço de Apoio Ambulatório Local, criado com a finalidade de apoiar às populações que se encontravam alojadas em situações precárias, através das brigadas que actuavam nos bairros degradados, foi extinto, sob acusações de “desvirtuamento” dos seus princípios, “envolvimento partidário” nas intervenções e “incompetência profissional” dos seus técnicos.



Para além das polémicas levantadas, importou a energia com que populações se lançaram num processo de transformação, tomando consciência das suas forças e capacidade de decisão, apoiadas por uma série de arquitectos (Siza Vieira, Nuno Teotónio Pereira, Souto Moura ...) que viram neste movimento um outro campo de experimentação para os seus projectos. Tal consciencialização resultava mais perigosa que a própria agitação política que por esse tempo se manifestava, porque fazia as populações descobrirem, de facto, o seu poder de transformar as coisas. A 27 de Outubro de 1976 um despacho encerrava a “Operação SAAL”.

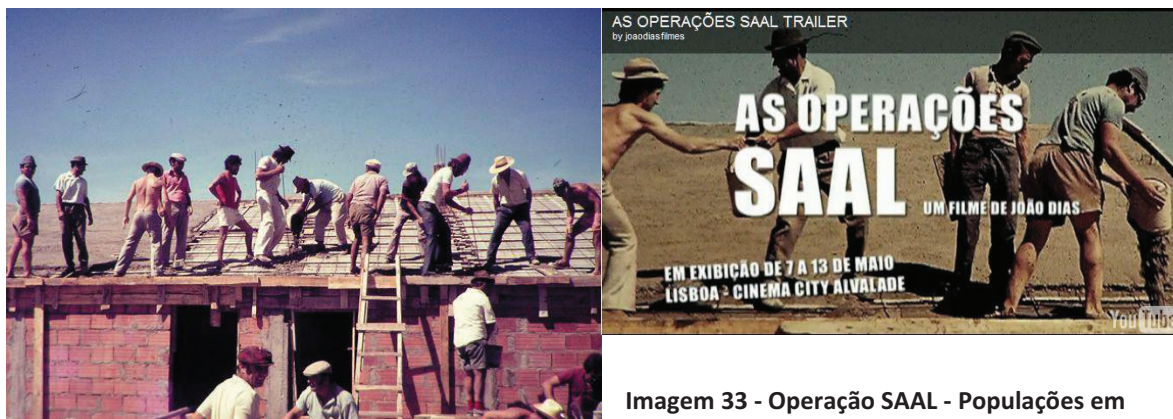


Imagem 33 - Operação SAAL - Populações em acção

O CRUARB, por seu turno, vê limitados os seus recursos e, portanto, o alcance da sua intervenção, o que explica a incapacidade da instituição para evitar a progressão da tendência de esvaziamento e degradação do centro histórico.

A década de 1980 é de retrocesso em matéria de política de habitação e de reabilitação urbana do centro do Porto. A intensificação dos fenómenos de desindustrialização e terciarização aprofunda o processo iniciado duas décadas antes de supressão da função residencial da área central da cidade. Paralelamente, grande parte das responsabilidades em matéria de acesso à habitação é transferida para o sector imobiliário e para os sistemas de crédito bancário. Como realça Virgílio Borges Pereira, os resultados são conhecidos: “o país ostenta hoje uma significativa percentagem de proprietários de habitação, mas também um elevado número de habitações novas devolutas e ainda um conjunto relevante de famílias com acesso improvável a um outro segmento do campo de produção de alojamentos que não seja aquele que passa pela acção do Estado”. In <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo8461.pdf> acedido em 3.09.2011.22:30

As agulhas políticas e económicas passam a estar apontadas para o crescimento da periferia citadina e dos subúrbios, onde não falta espaço para construção nova a baixos custos. A reabilitação urbana do centro do Porto é remetida para um plano secundário.

No início da década de 1990 constituiu-se uma instituição de utilidade pública, financeiramente apoiada pelo Município e pelo Governo, a Fundação para o Desenvolvimento do Centro Histórico do Porto – FDZHP com a finalidade de, em articulação com o CRUARB, promover a recuperação urbana e a luta contra a pobreza, mas implicando uma maior participação das instituições e dos actores locais.

A partir de 1993 o CRUARB, já numa fase avançada do desenvolvimento da operação Ribeira/Barredo, dirigiu os trabalhos para o Bairro da Sé, então em acentuada fase de degradação física e social. Foi assim elaborado e posto em execução o "Projecto-Piloto Urbano do Bairro da Sé", com os seguintes objectivos: conservação do património e dos bens culturais; renovação do ambiente urbano da área; reinserção da população residente; consolidação e desenvolvimento do turismo; expansão e renovação da actividade comercial; implementação de uma rede de parceria.

Depois de 1996, a "Operação de Reabilitação da Ribeira/Barredo" passou a incluir a área ribeirinha entre a Ponte Luís I e a Alfândega Nova, seguindo a linha orientadora do projecto-piloto do Bairro da Sé. Operações idênticas foram realizadas noutras áreas, como a intervenção de 1998 em Miragaia e, mais recentemente, na Vitória.

Apesar da unanimidade em torno da validade do trabalho desenvolvido pela CRUARB e pela FDZHP na promoção do Centro Histórico, a subida de Rui Rio à presidência da Câmara Municipal do Porto veio levantar a questão do retorno do investimento efectuado. Argumentou-se que, ao longo de três décadas foram investidas avultadas somas em restauros de grande arquitectura, excelentes acabamentos e esplêndidas infra-estruturas, mas apenas de um número limitado de edifícios. Como grande parte dos residentes eram inquilinos camarários em geral, das classes baixa ou média baixa, foram realojados nas casas restauradas mantendo rendas compatíveis com os seus baixos rendimentos.

Isto acabou por levar à dissolução do CRUARB, enquanto gabinete exclusivamente dedicado ao Centro Histórico, nos Serviços de Urbanismo da Câmara Municipal em 2003, e à extinção da Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto em 2007.



Se bem que em moldes diferentes e englobando a zona da Baixa tradicional, a recuperação física do Centro Histórico passou a ser assumida por uma nova entidade, a Porto Vivo - Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa do Porto.

“ A Porto Vivo, SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense S.A., é uma empresa de capitais públicos, do Estado (IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP) e da Câmara Municipal do Porto, constituída nos termos e ao abrigo do Decreto-Lei nº104/2004, de 7 de Maio, que tem como missão conduzir o processo de reabilitação urbana da Baixa Portuense.

Constituída a 27 de Novembro de 2004, à Porto Vivo, SRU cabe o papel de promover a reabilitação da respectiva zona de intervenção e, designadamente, orientar o processo, elaborar a estratégia de intervenção e actuar como mediador entre proprietários e investidores, entre proprietários e arrendatários e, em caso de necessidade, tomar a seu cargo a operação de reabilitação, com os meios legais de que dispõe. (...)” in

http://pt.wikipedia.org/wiki/Centro_Hist%C3%B3rico_do_Porto#Candidatura_a_Patrim.C3.B3nio_da_Humanidade acedido em 2.09.2011, 22:45



Imagem 34 - Porto VIVO, Sru – Zona de intervenção da Sé

A Porto Vivo, SRU, “tem como objecto promover a reabilitação e reconversão do património degradado da Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística do concelho do Porto,

conforme deliberações da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, (...) do Ministro das Finanças e Administração Pública e do Ministro das Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional. (...) A actuação da Porto Vivo, Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense, está enquadrada juridicamente pelo Decreto-Lei nº 307/2009, de 23 de Outubro, que instituiu o novo regime da reabilitação urbana que passa a ser promovida através da delimitação de áreas de reabilitação urbana, correspondendo a espaços urbanos que, em virtude da insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das infra-estruturas urbanas, dos equipamentos ou dos espaços urbanos e verdes de utilização colectiva, justificam uma intervenção integrada definição de unidades de intervenção que, em regra, correspondem a um quarteirão e para as quais elabora um documento estratégico que traduz as opções de reabilitação e revitalização urbana da unidade em causa.

A Porto Vivo, SRU intervém no:

- Licenciamento e admissão de comunicação prévia de operações urbanísticas e autorização de utilização;
- Inspecções e vistorias;
- Adopção de medidas de tutela da legalidade urbanística;
- Cobrança de taxas;
- Recepção das cedências ou compensações devidas;
- Imposição da obrigação de reabilitar e obras coercivas;
- Empreitada única;
- Demolição de edifícios;
- Direito de preferência;
- Arrendamento forçado;
- Servidões;
- Expropriação;
- Venda forçada;
- Reestruturação da propriedade.

A Porto Vivo, SRU tem, estatutariamente, como área de intervenção, a Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística (ACRRU), com cerca de 1000 hectares, ou seja, cerca de um quarto do concelho do Porto. Por razões operacionais, foi delimitada uma área menor, denominada Zona de Intervenção Prioritária (Z.I.P.), onde será concentrado o esforço de reabilitação urbana. A Zona de Intervenção Prioritária, assinalada na figura seguinte, compreende uma área com cerca de 500 hectares, cujos limites extremos são, *grosso modo*, a sul, o rio Douro, a norte, a Praça do Marquês/Constituição, a oeste, a Rua da Restauração/Carvalhosa e, a leste, o



Bonfim. A Z.I.P. engloba o Centro Histórico do Porto (classificado como Património da Humanidade), a Baixa tradicional e áreas substanciais das freguesias do Bonfim, Santo Ildefonso, Massarelos e Cedofeita, correspondentes ao crescimento da cidade nos séculos XVIII e XIX.” In http://www.portovivosru.pt/sub_menu_1_1.php acedido em 4.07.2011,23:07

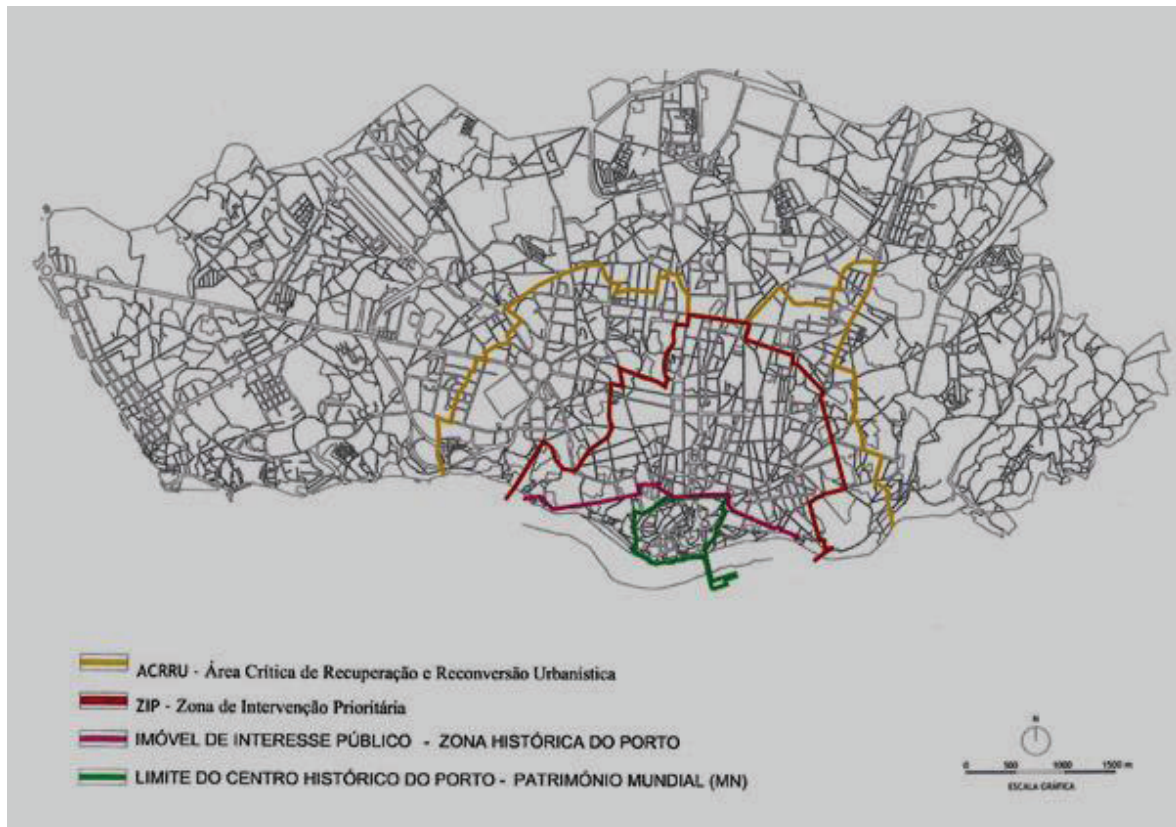


Imagem 35 - Mapa das zonas e tipos de intervenção da responsabilidade da Porto Vivo, SRU http://www.portovivosru.pt/sub_menu_1_3.php acedido em 11.09:2011,12:01



Imagem 36 - Porto – Zona da Sé - Intervenção no Largo do Colégio

4.4. Alguns exemplos de projectos, planos e intervenções recentes no Centro Histórico

É a partir da inauguração da Ponte de D. Luís em 1886 que se introduz uma nova dinâmica viária de mobilidade Norte – Sul através da chamada Avenida da Ponte.

Com o Estado Novo e a lenta introdução dos princípios da Carta de Atenas, as cidades sofrem também os efeitos de um urbanismo racional e demolidor. A desvalorização do tecido antigo e a vontade de destacar alguns elementos de referência – os monumentos – leva por exemplo à abertura da avenida de ligação da Estação de S. Bento ao tabuleiro superior da Ponte de D. Luís I, à construção de um pequeno túnel junto ao Barredo (na cidade baixa) de acesso ao tabuleiro inferior da Ponte de D. Luís bem como a criação de um terreiro frente à Sé e ao Paço Episcopal no início dos anos 40 que sacrificam mais de uma centena de casas do casco antigo da cidade.

A imagem urbana do Porto conheceu transformações significativas principalmente a partir nos anos 30 do século passado com a construção de grandes equipamentos, reestruturação e ampliação da rede viária e a expansão para fora das muralhas que, durante séculos, cingiram a cidade.

4.4.1. Os primeiros projectos para o Morro da Sé/Penaventosa

Os primeiros projectos de intervenção que vão ocorrer no morro da Sé e que visavam, acima de tudo, resolver problemas específicos de natureza viária, incluíam a definição de uma plataforma em torno da Sé e do Paço Episcopal. É seu autor Gaudêncio Pacheco em 1913.

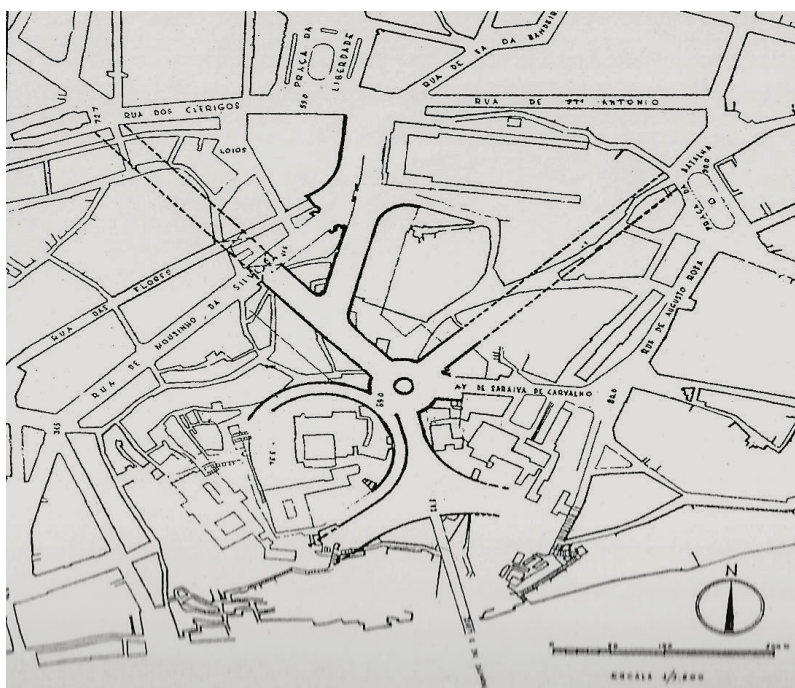
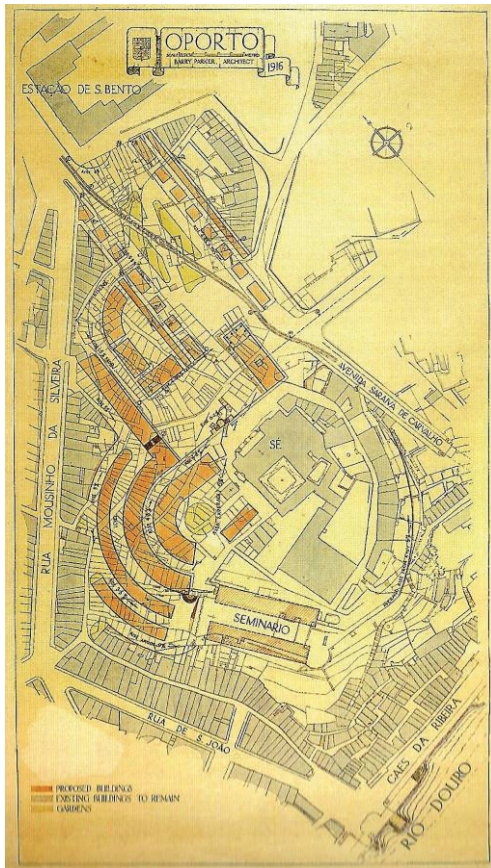


Imagem 37 - Zona central da cidade. Proposta de remodelação sob a direcção de Gaudêncio Pacheco

Pouco mais tarde, Barry Parker em 1916 pretende ir mais longe ao definir um projecto de intervenção mais audacioso e que contemplava a racionalização da malha urbana. Na zona do



bairro da Sé propunha uma grande avenida que, ligando o centro cívico à ponte de D. Luís I, cortava o bairro histórico e definia, na envolvente da catedral, uma série de praças que libertavam o seu volume. Este projecto visava mesmo reformular todo o tecido urbano do centro da cidade.

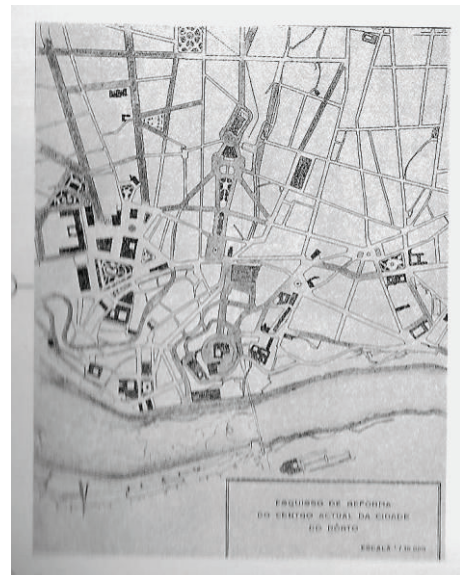
É Barry Parker o responsável pela eliminação do edifício primitivo da autarquia portuense, em frente ao edifício das Cardosas, e pela abertura da actual Avenida dos Aliados.

Imagem 38 - Renovação das áreas centrais. Proposta para a criação de um novo Centro Monumental segundo o Arq. Barry Parker. 1916)

4.4.2. Planos e intervenções no Terreiro da Sé Catedral do Porto

Em 1932, Ezequiel de Campos avança com uma proposta de intervenção mais radical do que a anteriormente apresentada por Gaudêncio e que visava a libertação da envolvente da Sé do Porto. Em 1939, os serviços camarários de urbanização apresentam novo projecto de reordenamento da zona envolvente da Sé que envolveria a demolição do quarteirão junto à Câmara (que à época

Imagem 39 - Remodelação da Cidade do Porto na área envolvente da Sé. Ezequiel de Campos. 1932



se encontrava instalada no actual Paço Episcopal) e de outros edifícios com vista ao alargamento do largo da Sé e demolição de todos os quarteirões fronteiros. Esclareça-se que, como qualquer Sé Medieval, esta estava inserida no tecido urbano o que levava, inclusive à existência de uma rua

Objectivos globais destes projectos e intervenções visam objectivos higienistas de salubridade física e reabilitação social e eventual novo desenho urbano na zona da Sé Catedral; inserem-se na concepção oficial vigente de dar visibilidade aos monumentos mais importantes, eliminando todo o edificado envolvente que impeça essa visibilidade criando, deste modo, uma plataforma livre no topo da colina e servir de palco às Comemorações Nacionais dos Centenários de 1940 (Independência e Restauração da Independência).



Imagem 42 - Demolição do casario em torno da Sé. Fonte: Revista Monumentos nº 14:77

Imagem 43 - Planta da Sé Catedral depois do arranjo urbanístico realizado. Fonte: Igespar

4.4.3. PORTO, Projecto Piloto Urbano da Sé (“Sé – Vida na Cidade Velha”) Aprovado em Novembro de 1993

Este projecto, previsto para ser implementado ao longo de três anos, visava, de forma clara, adoptando um conceito de desenvolvimento integrado, “renovar espaços públicos, restaurar o património edificado, salvaguardar os vestígios arqueológicos, completar a rede de equipamentos de apoio social e turístico, renovar e dinamizar as actividades económicas, sociais e culturais”. (Projecto Piloto Urbano da Sé, 1996:13) e tinha como objectivos: a conservação do património e dos bens culturais, a renovação do ambiente da área, a reinserção da população residente, a consolidação e desenvolvimento do turismo, a expansão e renovação da actividade comercial e a implementação de uma rede de parceria entre a entidade promotora, a C.M.P., através do Serviço de Renovação do Centro Histórico/CRUARB_CH e outras entidades locais.

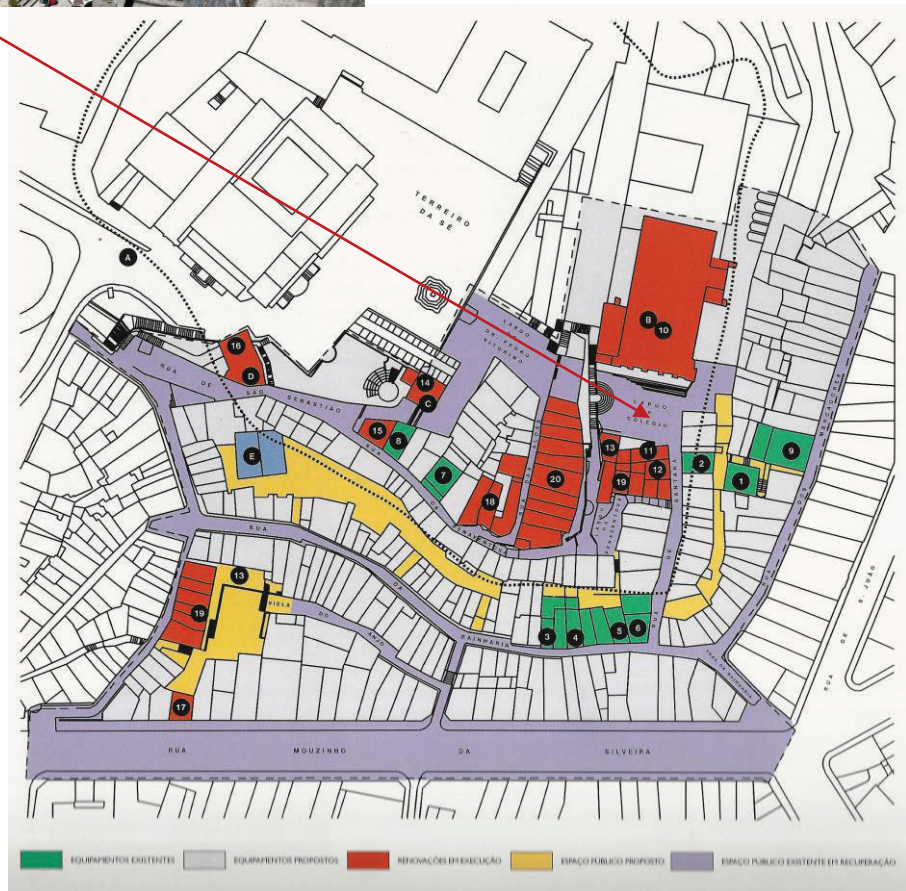
A recuperação a levar a cabo assentava no binómio património/desenvolvimento e não apenas em preocupações urbanísticas ou arquitectónicas.



Imagem 44 - Planta da área limite de intervenção do Projecto Piloto Urbano da Sé (assinala a azul), inserida na planta da área classificada como Património Mundial (a verde).

Esta intervenção realiza-se no Centro Histórico do Porto e circunscreve-se a um conjunto de quarteirões delimitado, no essencial, pela Rua de Mouzinho da Silveira, Avenida da Ponte, Terreiro da Sé, Largo do Colégio e Rua dos Mercadores, principalmente da Freguesia da Sé mas também de S. Nicolau. Apesar de não abranger a totalidade da freguesia da Sé, entendeu-se, então, que se deveria concentrar esforços numa zona que, pelas suas características, deveria ser prioritária em termos de intervenção, actuando “sobre um território relativamente concentrado, denso de conflitos e qualitativamente abaixo de qualquer padrão aceitável”. (Projecto Piloto Urbano da Sé, 1996:17)

4.4.3.1. Intervenção no Largo do Colégio em 2011



	Equipamentos Existentes
	Renovações em execução
	Espaço Público Existente em Recuperação

	Equipamentos Propostos
	Espaço público Proposto

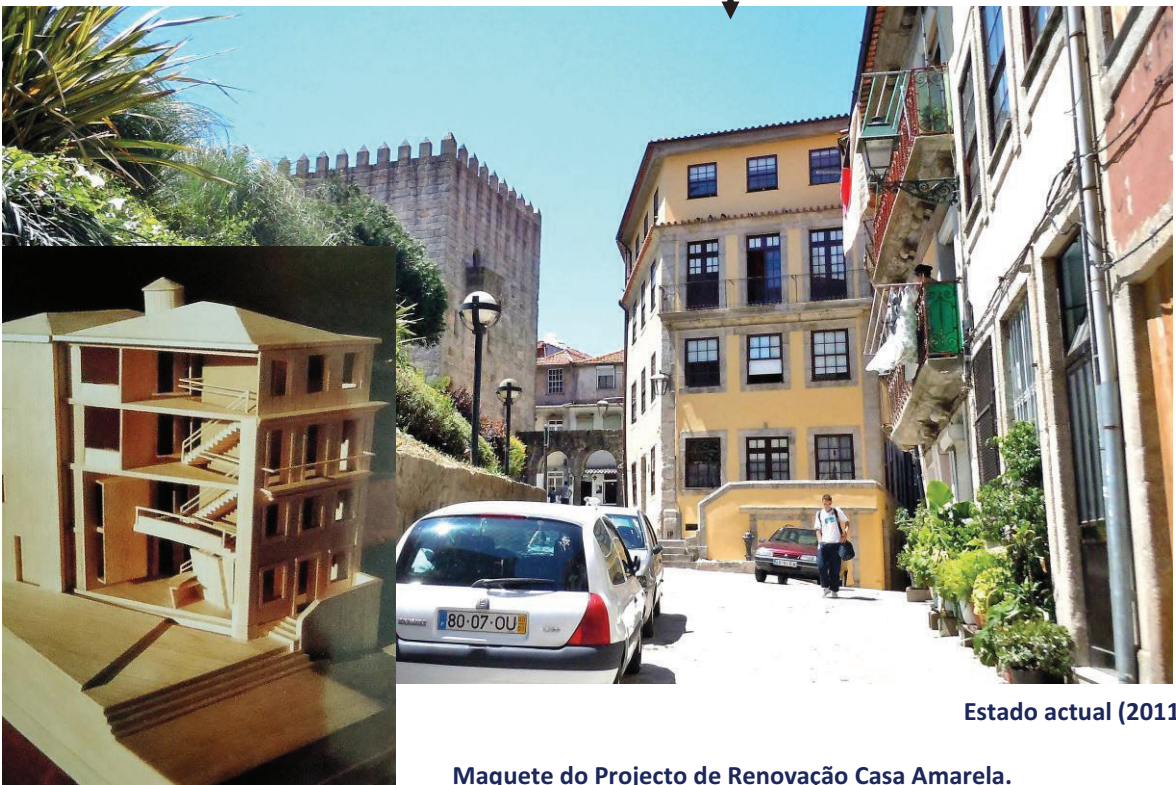
4.4.3.2. Intervenção na Casa Amarela



Casa Amarela antes da intervenção



Fase da Intervenção



Estado actual (2011)

Maquete do Projecto de Renovação Casa Amarela.

4.4.4. A Avenida da Ponte – dos anos 50 ao projecto de Siza Vieira

Nos anos 50, surge a Avenida Afonso Henriques, normalmente conhecida por Avenida da Ponte ligando a Praça Almeida Garrett à Ponte D. Luís I. Este novo arruamento aberto em 1952 obriga à demolição dos quarteirões que atravessa.

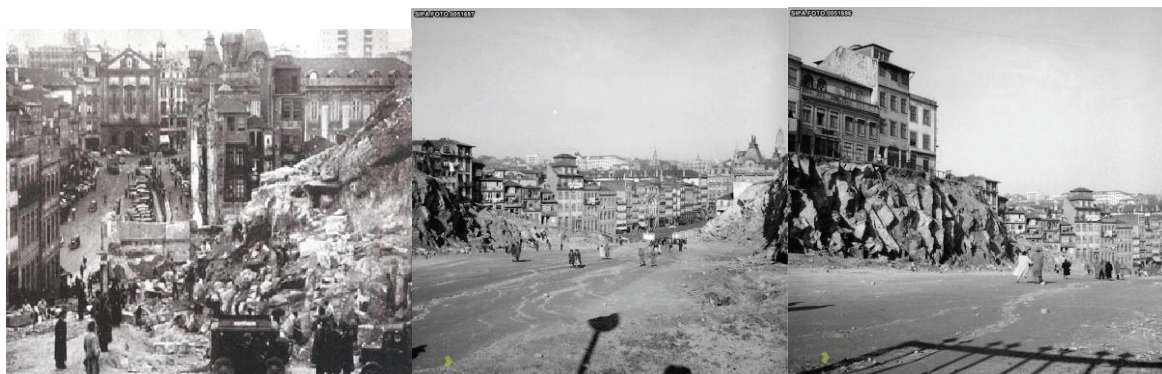


Imagem 45 - Fotografias de 1954 da Avenida da Ponte e das demolições verificadas.

Esta zona irá conhecer um número significativo de estudos que pretendem resolver o problema aberto pela Avenida da Ponte, nomeadamente um estudo do Arquitecto Fernando Távora de 1955 e o projecto da Avenida D. Afonso Henriques de Luís Cunha de 1959.

Em 1998, Fernando Távora avança com o projecto da “Casa dos 24” (A Torre dos Paços do Concelho) e ao fazê-lo “reinventa novamente o Morro da Sé” (Monumentos nº 14, 2001:79) através da “evocação” (Monumentos nº 14, 2001:79) do edifício primitivo, “procurando integrar aquilo que subsistiu como plausível ou verdadeiro” (Monumentos nº 14, 2001:79). Projecto polémico mas, ao mesmo tempo, desafiante e que “abre um novo ciclo de debate sobre a natureza e destino da área envolvente à Sé e sobre os limites da intervenção arquitectónica em zonas de alto valor patrimonial”. (Monumentos nº 14, 2001:79)

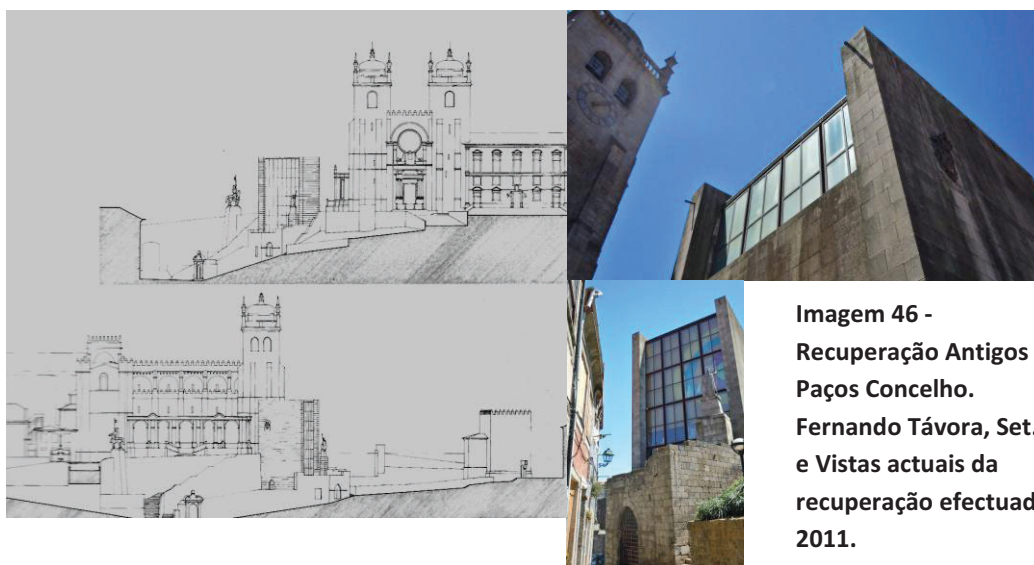


Imagem 46 - Recuperação Antigos Paços Concelho. Fernando Távora, Set. 96 e Vistas actuais da recuperação efectuada. 2011.

A intervenção que o arquitecto Álvaro Siza Vieira propõe para a Avenida da Ponte, em 2001, tem como ponto de partida a proposta de Fernando Távora para a “Casa dos 24”. A nova proposta de Siza apresenta poucas semelhanças com o projecto dos anos 60/70, assumindo até, premissas opostas pois considera a relação com o conjunto monumental do Terreiro da Sé uma das linhas fundadoras do projecto e porque mantém a escarpa formada pela abertura da Avenida em vez da ideia de a reconstruir com edificado.

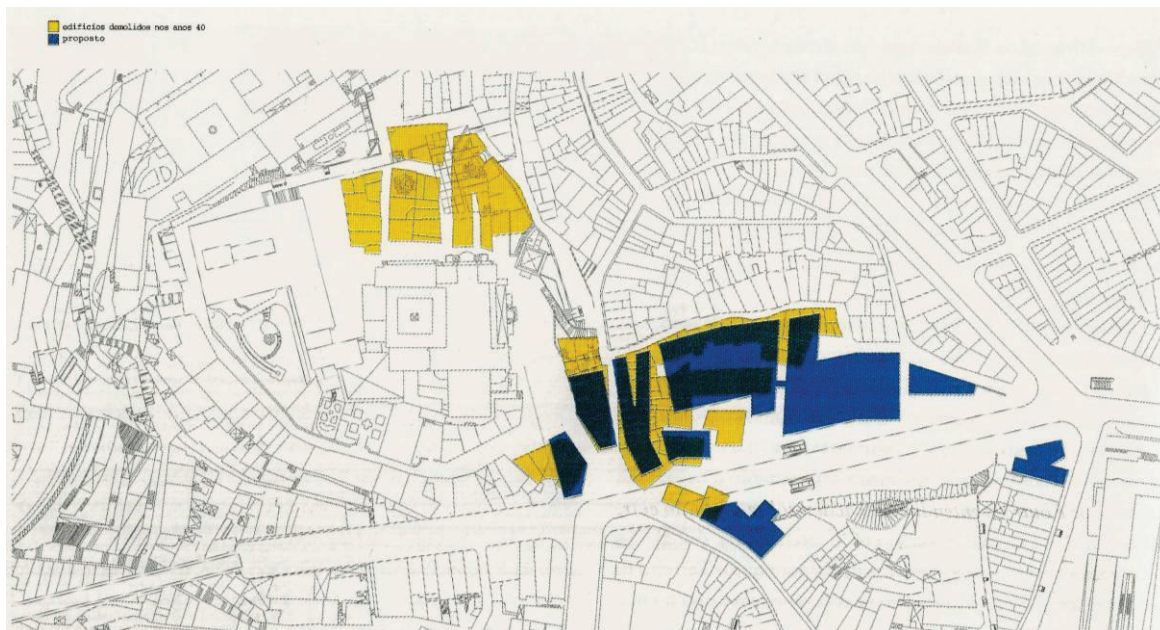


Imagem 47 - Avenida da Ponte. Estudo prévio de Álvaro Siza Vieira. 2001.

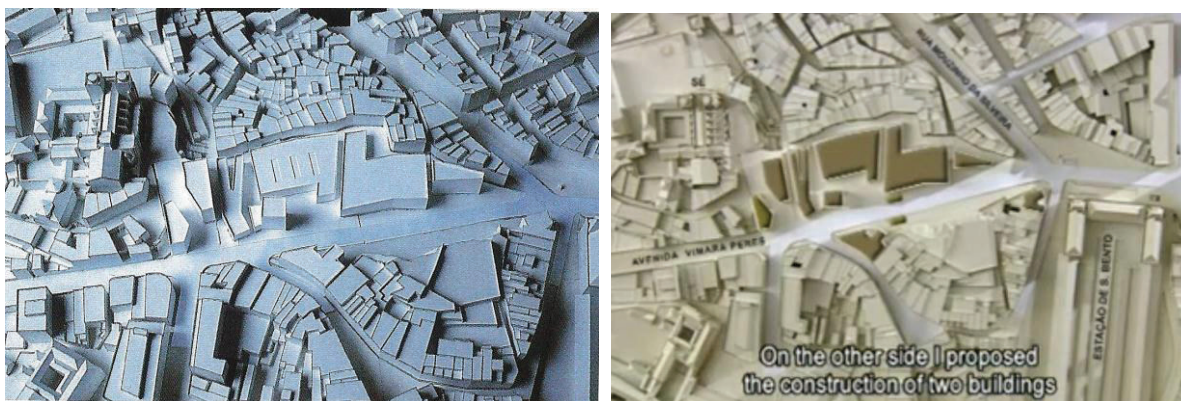


Imagem 48 - Maqueta do Projecto da Avenida da Ponte de Siza Vieira e fotograma do filme em que Siza Vieira explica as opções relativas ao Projecto de Intervenção da Avenida da Ponte (2009 ?) in <http://www.youtube.com/watch?v=KmjZfFE9NM0&feature=related> acedido em 21.09:2011,12:45

“ A escarpa é a manifestação de uma fractura que ocorreu neste lugar, e que, pertencendo inicialmente ao campo do transitório, ganhou perenidade – por ser, por existir enquanto tal – e por isso deve ser mantida.” (Monumentos 14, 2001:81)

Ao passar a servir recentemente o Metro, a Avenida deixará de ser “da Ponte”, já que o trânsito foi desviado para a zona oriental da cidade ou para a Sé. A própria Avenida Vímara Peres deixou de ter a função de ligação entre a Avenida de Afonso Henriques e a Ponte. A Avenida Afonso

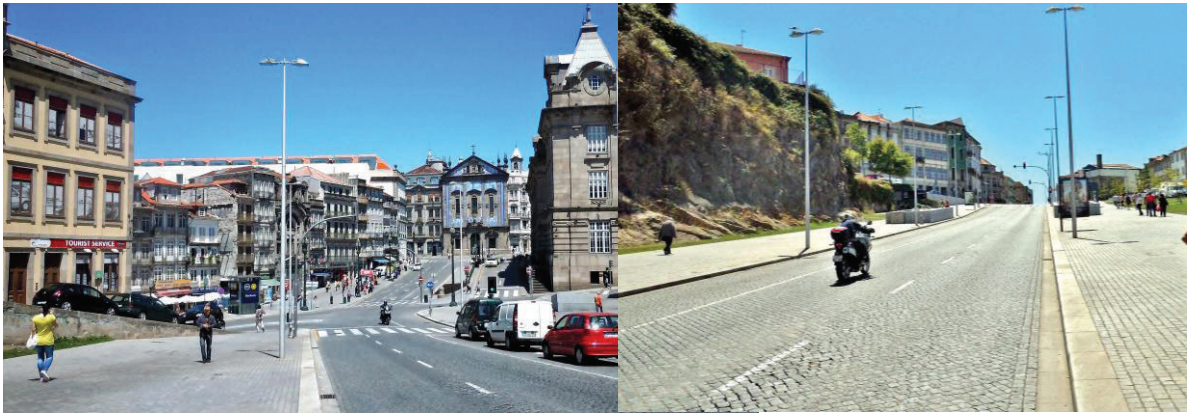


Imagem 49 - A Avenida da Ponte 2011

Henriques perdeu a sua função de ligação à Ponte de D. Luís I e à margem sul. Estas realidades levantam outras dúvidas e interrogações: ainda não está provado de que forma a reorganização do tecido urbano envolvente a este conjunto se articula com o projecto de Fernando Távora (Casa dos 24”), a nova realidade que é a presença do Metro bem como a alteração da função da Avenida da Ponte. Estamos perante uma zona da cidade que ainda não foi “encerrada” definitivamente e o Projecto de Siza Vieira, por não ter suscitado grandes polémicas, poderá, no futuro, vir a ser implementado articulando-se com o Projecto já implementado na Avenida dos Aliados com a qual se articula e que é igualmente da sua autoria.

II – Pertinência Metodológica

1. As Tecnologias de Informação e Comunicação ao serviço da divulgação do Património

Tendo em conta a Pós-Graduação que realizamos “TIC em Contextos de Aprendizagem”, na Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti, fazia todo o sentido que incluíssemos algumas das aprendizagens obtidas ou novas pistas sugeridas, na elaboração deste trabalho principalmente na sua componente mais prática. As TIC funcionam como uma extraordinária ferramenta ao serviço da divulgação do saber e do conhecimento e, neste caso específico, na divulgação do Património junto dos nossos alunos e junto do grande público.

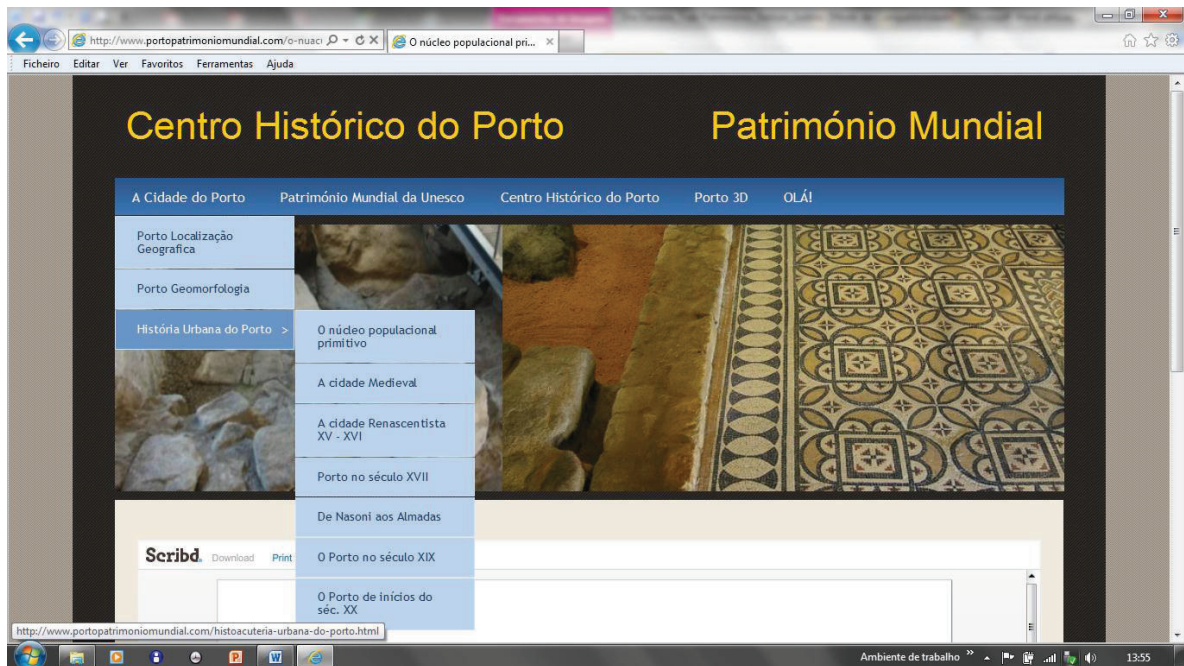
A nossa metodologia de trabalho consistiu na determinação do nosso objecto de estudo cuja escolha recaiu naturalmente no Centro Histórico do Porto, merecedor da designação de Património Mundial da UNESCO pelo seu carácter único e universal. Estudá-lo e dá-lo a conhecer tornou-se na ligação que procurávamos entre a “teoria” e a “prática”. Procuramos, deste modo, dar sentido a toda uma formação e, ao mesmo tempo, realizar algo útil, direccionado para a difusão do conhecimento. Para a realização deste trabalho utilizamos fontes diversas para obtenção de informação, procedemos a análise documental, utilização de diversos tipos de suporte: áudio, visual ... procedeu-se ao tratamento de dados. A elaboração de uma página na internet resultou da nossa experiência profissional ligada ao ensino. Pensamos nos nossos alunos e pensamos no cidadão anónimo que assim passará a contar com mais uma fonte de informação para poder explorar.

1.1. Veículos de difusão do Património: A página: *O Centro Histórico do Porto – Património Mundial* in <http://www.portopatrimoniomundial.com>

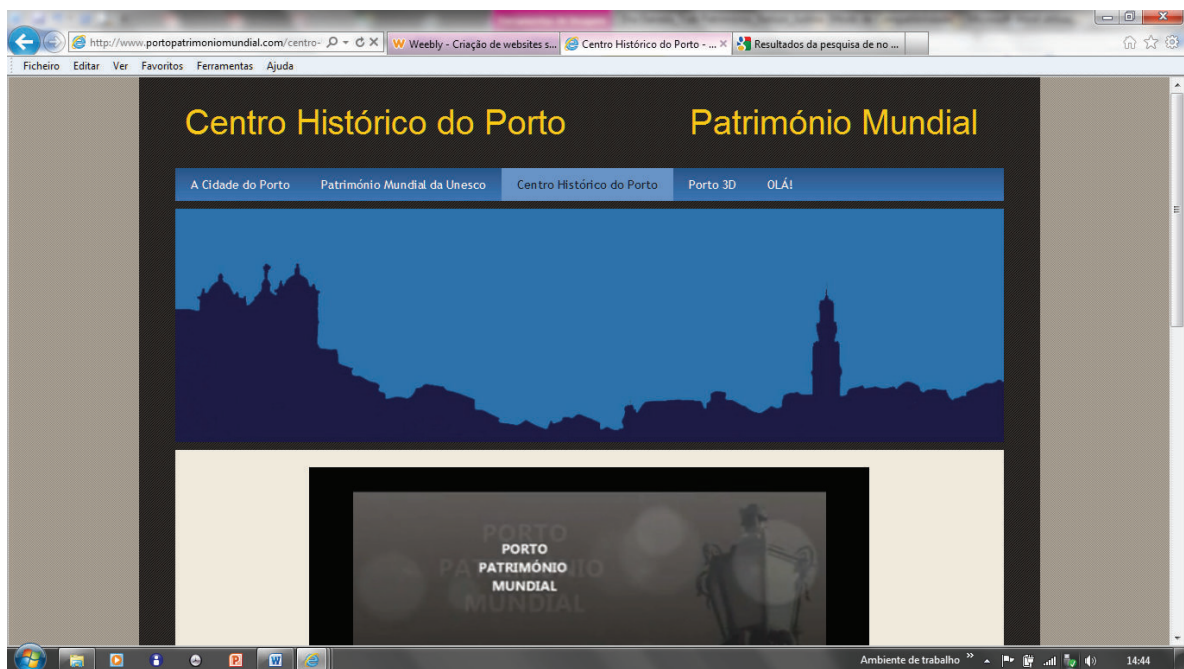


A página que decidimos criar e alojar no Weebly foi pensada para, de um forma simples e directa proporcionar uma visão geral sobre o Centro Histórico do Porto – Património Mundial através de uma estrutura em que se destacam três principais fios condutores: A cidade do Porto, o Centro Histórico do Porto e o Património Mundial.

A Cidade do Porto com páginas dedicadas à sua geografia e geomorfologia bem como à evolução urbana ocorrida ao longo dos tempos ...



O Centro Histórico do Porto, pelo seu carácter único, Património Mundial ...



Finalmente, as páginas dedicadas ao Património Mundial em Portugal e de origem portuguesa.



A opção pelo Weebly resulta da possibilidade de criar uma página na internet em tempo útil, fácil de estruturar para quem não tem grande perícia como Web Designer e tê-la funcional na data de entrega deste trabalho.

A utilização do Weebly revelou-se demasiado simples e algo limitada o que implicou, desde logo, a adesão ao Weebly Pro dado não termos disponíveis funcionalidades na versão livre que necessitávamos de utilizar como: registo audio, vídeo, slide show, introduzir ficheiros pdf ... Por outro lado sentimos necessidade de proceder ao registo do domínio para salvaguarda da página (.com) e para que o endereço apenas fosse formado pela expressão que considerávamos de mais fácil identificação - **portopatrimoniomundial.com**

À medida que fomos estruturando o site e começamos a incluir conteúdos, decidimos torná-los visíveis desde o primeiro momento pois consideramos que encontrar páginas “em construção” é desmotivante para quem a elas acede. O aviso estava lá mas conteúdos ... também!

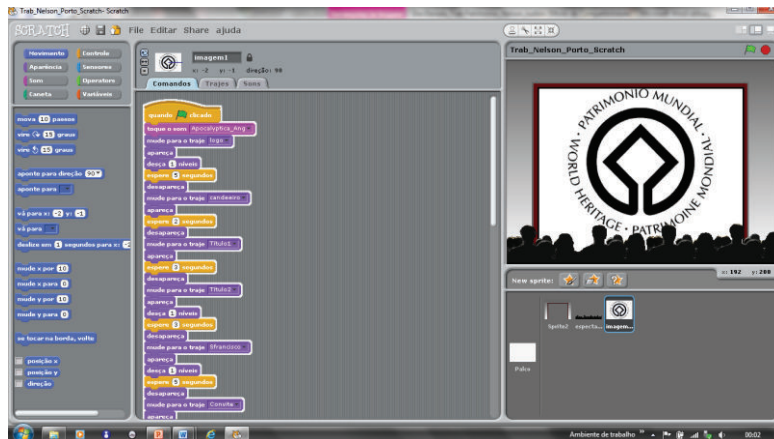
A estrutura que desenvolvemos no site parte do trabalho escrito realizado mas também de materiais que foram criados e utilizados em exclusivo na página pelo que ambos se completam.

A página reflecte o percurso formativo realizado nomeadamente quando deita mão de materiais como o vídeo intitulado “Porto Património Mundial” e que se encontra disponibilizado em <http://www.youtube.com/watch?v=qMZCbVI9vwl>, e que agora foi integrado na página sobre o Centro Histórico do Porto, realizado para o módulo formativo de **Ambientes Multimédia de Autoria** ou o **módulo Desenho, Criação e Avaliação de Ambientes de Aprendizagem** para o qual delineamos uma formação, em Plataforma Moodle, sobre um tema muito semelhante ao do nosso actual trabalho: “À descoberta do Património Mundial através das TIC – os casos do centro Histórico do Porto e do Alto Douro Vinhateiro”.

Contributos das Tecnologias de Informação e de Comunicação (TIC) na descoberta do Património Mundial – O caso do Centro Histórico do Porto”



Para o módulo formativo **Contextos Lúdicos de Aprendizagem** realizamos um trabalho em Scratch. Outra aplicação a mesma temática.



1.2. Fichas do Património Mundial - Uma situação de aula

A ideia da realização de Fichas do Património Mundial por parte dos alunos surgiu para interligar a reflexão surgida em Formação Cívica sobre a Defesa do Património Cultural e Natural, a partir da Lista do Património Mundial da UNESCO e dos princípios da Carta do Património Mundial de 1972,



e dar forma a esta reflexão em Área de Projecto, através da realização de uma actividade que partindo da informação também disponibilizada na Internet permitisse o preenchimento de fichas do Património Mundial.

A informação recolhida e organizada seria apresentada à turma.

Trabalho prático a realizar:

Preenche uma ficha modelo fornecida (Ficha do Património Mundial_base) com a informação relativa a um sítio classificado pela UNESCO como Património Cultural da Humanidade e outra ficha para um sítio classificado como Património Natural da Humanidade sendo uma delas para um sítio classificado em Portugal e a outra para um sítio classificado no estrangeiro. Deves preencher todos os campos solicitados e submetê-las para avaliação. Não podes ultrapassar as duas páginas. Observa a ficha exemplo fornecida (Ficha do Património Mundial_exemplo). A ficha que elaborares será depois apresentada à turma.

 <p>Torre dos Clérigos</p>	 <p>Ficha do Património Mundial da UNESCO</p>	 <p>Bandeira do País</p>
 <p>Sé Catedral</p>	<p>Nome do sítio: Centro Histórico do Porto</p>	
 <p>Vista do Centro Histórico – Praça da Ribeira</p>	<p>Localização: Porto – Portugal</p> <p>Coordenadas GPS: Latitude: 43º 29' 10" N - Longitude: 8º 13' 47" W</p> <p>Data de Classificação: Dezembro de 1996</p> <p>Tipo de sítio: Património Cultural da Humanidade</p>  <p>Planta da zona classificada e da zona de protecção</p>	 <p>Mapa - Localização</p>

Ficha do Património Mundial_exemplo

1.3. Novas tecnologias, novas ferramentas, novos caminhos para o Património

A percepção do mundo que nos rodeia atinge uma nova dimensão quando deitamos mão de tecnologias que estão ao nosso dispor, algumas delas disponíveis há mais de uma década, e as colocamos ao serviço do saber e da construção do conhecimento.

É no final da década de 80 do século XX que assistimos ao desenvolvimento de tecnologias de realidade virtual que nos permitiriam aceder a um mundo virtual que nos possibilitaria entrar fisicamente num ambiente realista 3D.

Os primeiros ambientes virtuais desenvolvidos foram sobretudo interfaces de jogos realistas e programa de simulação de treino e combate.

Mais recentemente novas aplicações aparecem fundindo o virtual e a realidade através da “realidade aumentada”, construindo o mundo a partir de dados e de computadores.

Assistimos à multiplicação das interligações entre espaços, objectos e pessoas. A realidade aumentada contribuiu para a difusão em massa do RFID (Radio-Frequency Identification – Identificação por radiofrequência) e do GPS (Global Positioning System – Sistema global de Posicionamento), o desenvolvimento da banda larga e do protocolo IPv6 da Internet potenciada pelo desenvolvimento dos equipamentos de uso pessoal quer em termos de software como em termos de hardware, cada vez mais vocacionados para tirar partido que se abrem como esta nova realidade.

A internet Móvel, os Smartphones, o princípio do “always on” e da Evernet (Internet sempre presente graças às nanotecnologias) invadiram as nossas vidas a uma velocidade incrível e não cessam de transformar a nossa relação com o espaço partilhado.

Os telefones portáteis fizeram desaparecer a fronteira entre o espaço público, real, e o virtual. Um utilizador tanto pode receber informações sobre o sítios onde se encontra como enviá-las, em tempo real.

Uma das primeiras aplicações comerciais deste novo campo da informática que sobrepõe informações virtuais ao mundo real foi inventada pela Sportvision permitindo a sobreposição de uma imagem virtual (a linha amarela que se vê no ecrã aquando da transmissão de jogos de futebol em que se assinala a linha de fora de jogo) e a realidade (campo, a bola e os jogadores).

Se inicialmente consistia numa fantasia reservada à ficção científica, a realidade aumentada chegou aos nossos Smartphones em virtude do progresso registado tantos nos equipamentos como nos programas/aplicações desenvolvidas. Exemplo disso mesmo é a aplicação Layar criada pela empresa Sprxmobile, empresa holandesa, que depois de descarregada para o telemóvel faz aparecer informação sobre restaurantes, bilheteiras ou empregos sobreposta a cada edifício da cidade de Amesterdão. Uma aplicação semelhante, desenvolvida para o sistema Android, a Wikitude.me, desenvolvida pela empresa austríaca Mobilizy, contém informações sobre 800 mil lugares no mundo inteiro baseados em grande parte em conteúdos da Wikipédia.



Estas aplicações utilizam o GPS existente nos telemóveis para determinar a localização do utilizador e a bússola para saber a orientação do aparelho. Estamos perante aplicações assentes na geoglobalização.

Dão-se os primeiros passos neste domínio da realidade aumentada no entanto já há domínios que se alargam como é o caso do utilizador poder acrescentar conteúdos às bases de dados existentes no entanto, ainda se verifica falta de precisão na tecnologia de reconhecimento de imagens. Se neste momento a ligação a uma realidade aumentada para passar muito pelos dispositivos móveis, já estão disponíveis no mercado dispositivos como óculos ou lentes de contacto que permitem ver o mundo em realidade aumentada sem ter de recorrer a um aparelho de bolso.

Ori Inban vai mais longe ao afirmar que “as pessoas estão entusiasmadas porque estão a antever todas as portas que esta tecnologia vai abrir. Inúmeros sectores de actividade como a Saúde, a Educação e o Turismo terão de ser “reinventadas”.

A Universidade Técnica de Munique procura formas de projectar Raios X e exames directamente no corpo dos pacientes e a BMW está a estudar um dispositivo que permitiria ver, em realidade aumentada, o que está sob o capô de uma viatura e ajudar os mecânicos a diagnosticar avarias.

A realidade aumentada está prestes a enriquecer a paisagem urbana com um novo elemento: informações visuais com origem em aplicações na Internet fazem com que texto e imagens se sobreponham aos objectos no nosso campo de visão. Num futuro próximo, as nossas cidades

poderão estar enfeitadas de segredos invisíveis a olho nu. As ruas, os prédios e, às vezes, as próprias pessoas estarão repletas de informações virtuais.

Os meios de comunicação, jornais e revistas, usam já este tipo de tecnologia proporcionando aos seus leitores novas formas de acederem à informação e de, inclusive, a completarem.

A difusão do conhecimento e da informação através dos QR Codes

O QRCode (ou Código de Barras em 2D), é uma matriz ou código de barras bi-dimensional, criado pela empresa Japonesa Denso-Wave, em 1994. O QR vem de Quick Response, pois o código pode ser interpretado rapidamente, mesmo com imagens de baixa resolução, feitas por câmaras

digitais em formato VGA, como as dos telemóveis, ou seja, é um código de barras, mas com muito mais capacidade de informação, você pode encontrar um QR Code informação como número de telefone, textos, endereços de e-mail, sites ou URL. Pode encontrar QR Codes em páginas na internet, anúncios de revistas, materiais de ponto de venda ou cartões de visita.



Esta tecnologia, ainda pouco utilizada no nosso país, pode ser colocada ao serviço do património e da cultura. É preciso ligar o “objecto” com aquele que o procura. Proporcionar informação quando ela é mais necessária. Com esta tecnologia e um programa de leitura de **QRcodes**, vai poder fazer isso tudo, para tal bastara apontar o seu telemóvel ao **QRcode** do monumento, e com isso vai aceder a uma página de internet, com todas as informações disponíveis sobre esse monumento, fotos, vídeos, textos, vai poder visitar virtualmente monumentos que se encontravam fechados, ou simplesmente encontrar mais informações sobre os mesmos. Poderá também ter informações sobre a sua localização, ou ter sugestões de visitas a outros locais.

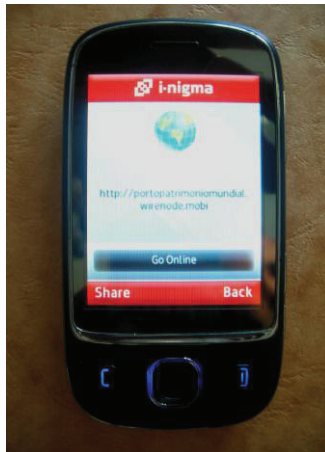
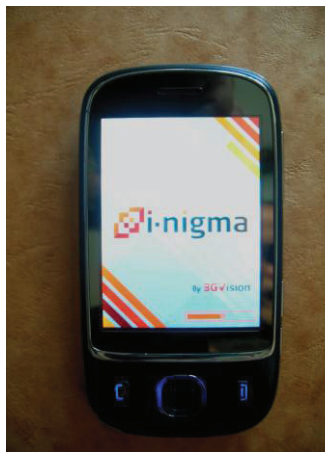
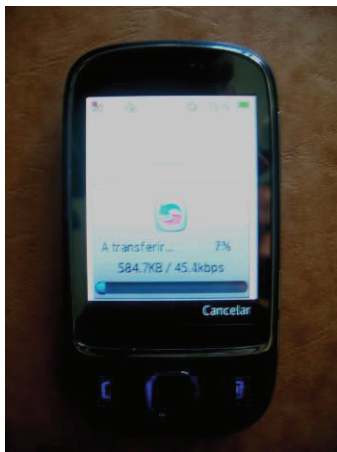
Tudo isso só com o seu telemóvel, e um acesso a internet, se o local tiver acesso wireless (internet sem fios, e em muitos lugares grátis) poderá ter todas essas informações sem custos, ou então via o seu acesso a internet no seu telemóvel.

Passos a ter presente para poder utilizar esta tecnologia a partir de um telemóvel:



(Jornal de Notícias de 26 de Maio de 2011)

- Possuir um telemóvel com câmara integrada e que seja compatível com o software que existe. Como por exemplo: Nokia 6600, C1, Iphone, Sony Ericsson Cyber-shot. Para além dos referidos, existem vários modelos compatíveis com o software de diferentes marcas, bastando apenas registar-se para o poder utilizar gratuitamente.
- Possuir uma ligação à Internet;
- Criar o QR Code através de um programa de codificação 2D (por exemplo: como o Kaywa) com a informação pretendida (URL, SMS, texto ...);
- Após a devida instalação de um leitor de QR Codes (por exemplo in <http://www.i-nigma.mobi>), basta abrir a aplicação no telemóvel, apontar a câmara fotográfica para a imagem. Então será direccionado para os conteúdos pretendidos.



Diversos momentos da instalação e utilização desta nova tecnologia

Considerações finais

Qualquer trabalho que tenha como temática o Património e as questões com ele relacionadas, depara-se sempre com a dificuldade de o poder abarcar na sua totalidade, situação que sabíamos ser impossível de atingir. Daí resultou a necessidade de delimitar, logo à partida, a amplitude a dar a este trabalho pelo que só consideramos o Centro Histórico do Porto, Património Mundial, segundo as delimitações da sua classificação.

Por outro lado não esquecemos que este surge no seguimento do projecto a ser apresentado como trabalho final da formação “TIC em Contextos de Aprendizagem” na Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti e como tal, deveria ser, em nosso entender, o corolário da formação aí recebida bem como da sua ligação à experiência que ambos acumulamos ao longo do nosso percurso profissional. Estas duas preocupações materializaram-se na estruturação do próprio trabalho onde, de forma nítida, surgem duas vertentes: a vertente teórica (“Pertinência Teórica”) e a vertente prática (“Pertinência Metodológica”).

Ao longo do trabalho agora concluído é visível a preocupação de registar as actividades desenvolvidas no seio da formação realizada como a criação de um site na internet onde, de forma simples mas, em nosso entender, sugestiva, se disponibiliza informação que pretende atingir um público variado, com idades variadas, com níveis de escolaridade diversas. No fundo, um site com informação básica mas, ao mesmo tempo, rigoroso e capaz de sugerir pistas para o enriquecimento da informação fornecida. Procuramos que ele fosse essencialmente agradável a quem o percorre.

Ao realizarmos este trabalho quisemos deixar bem claro que cabe a todos, na medida das suas possibilidades, contribuir para que a **nossa memória**, de portuense ou não, possa e deva ser conhecida, dada a conhecer, preservada.

Mais do que nunca, e apesar de uma cultura cada vez mais materialista, é preciso olhar para as coisas da cultura, marcas identitárias e referências dos povos, como algo que diz respeito a todos e não só a iluminados, nos gabinetes do poder, que decidem sobre o que é de todos. O cidadão tem tomado consciência crescente de que tem uma palavra, fundamental, diga-se, uma arma, para não abdicar de a usar quando os seus interesses são postos em causa.

Não podemos deixar de destacar alguns aspectos que nos parecem merecedores de uma atenção especial por parte de todos no domínio do património:



A definição clara e cientificamente conduzida por equipas pluridisciplinares, do que deve ser preservado, ou seja, o que deve ser considerado património a ser salvaguardado para as gerações vindouras, que intervenção e restauro efectuar. Dos pressupostos teóricos aos gestos interventivos no terreno;

Maior cooperação institucional entre os diferentes sectores da administração central com responsabilidades na área do património, e entre estes e os órgãos do poder local, os que, no terreno procuram potencializar o património aí existente;

Esforço profundo de reabilitação dos Centros Históricos, quer como preservação de uma herança colectiva local, nacional e mundial (no caso do Centro Histórico do Porto, do Centro Histórico de Angra do Heroísmo, no Centro Histórico de Guimarães e Centro Histórico de Évora) e quer como potenciadora de emprego, e da melhoria da qualidade de vida das populações residentes, tendo sempre presente que intervenções em centros históricos nunca pode ser feito sem contar com os habitantes dessas zonas e, muito menos, contra o sentir e desejos e aspirações dessas populações, e potenciadora, igualmente, de benefícios sociais e económicos que advêm das intervenções realizadas;

Dar prioridade à reutilização do património arquitectónico, com novos usos que respeitem o significado cultural dos bens patrimoniais edificados e permitam novos e rentáveis investimentos, públicos e/ou privados, contribuindo para a preservação do que está construído e deve ser protegido. A preocupação em reutilizar não deve sobrepor-se a outras preocupações que urge sempre definir como é o caso do tipo de restauro a realizar para não se cair numa política de intervenção fachadista, mantendo as fachadas e alterando, sem critérios, as tipologias existentes. Estas intervenções são sempre baseadas em decisões políticas muitas das vezes de acordo com as modas existentes;

Incremento do turismo cultural, estabelecendo parcerias mais sólidas entre o turismo e a cultura e utilizando o património como factor essencial na estratégia de qualificação da imagem do nosso País no exterior;

Sensibilização de todos os intervenientes directos e indirectos e, de forma especial, do morador dos Centros Históricos sempre com a preocupação que estes valem pela vida que neles se desenrola, mais do que pelo que está edificado. Os centros Históricos não podem ser entendidos como museus mas como espaços vivos ricos em marcas do passado;

Aumento do investimento em formação de especialistas no domínio do Património Histórico – Cultural, de técnicos nas diversas áreas de intervenção e de artífices, a todos os níveis;

Criação de um programa concreto de sensibilização do grande público, recorrendo prioritariamente às possibilidades que hoje existem ao nosso dispor, nomeadamente através da



Web e dos meios de comunicação individual e de massas pois temos consciência que uma opinião pública esclarecida e consciente do que está em jogo constitui o alicerce mais sólido das políticas de salvaguarda do património, favorecendo, deste modo o surgimento de consensos na sociedade civil. Divulgar para proteger foi, de certo modo, uma preocupação que nos motivou;

Encorajamento das associações de defesa do património e das outras associações voluntárias para desempenharem um papel activo na detecção, estudo, protecção e divulgação do património.

O nosso contributo foi simples: ser mais uma voz que alerta para as questões que envolvem esta temática deitando mão do que existe, e é muito, à nossa disposição para o fazer. As ferramentas TIC estão aí para que as utilizemos com propriedade pois são armas poderosas para lutarmos pelo Património.



Bibliografia

AGUIAR, José; 2005; Cor e Cidade histórica, Estudos cromáticos e conservação do património; Porto; FAUP.

ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira; 1988; O PORTO NA ÉPOCA DOS ALMADAS; Arquitectura, Obras Públicas, Volume I; Prémio João de Almada; Porto; Câmara Municipal do Porto.

ATLAS GEOGRÁFICO,2007, KINDERSLEY, DORKING DK, CIVILIZAÇÃO EDITORES.

AUDRERIE, Dominique; 1997; La Notion Et La Protection Du Patrimoine; PUF

BALLART, Josep; 1997; El Patrimonio Histórico y Arqueológico: Valor y Uso, Barcelona, Ariel Patrimonio Histórico.

CASTRO, Luís M. Pires; PEREIRA, Manuel Castro; 1998; PORTO – O Tempo, O Douro e o Mar; Porto; UniarTE.

CHOAY, Françoise; 2010; Alegoria do Património, (Arte & Comunicação); Edições 70.

COURRIER Internacional; Nº 187, Setembro 2011; Realidade Aumentada; Lisgráfica.

FARIA Serrão,2001; Porto Sentido; ELO.

FOTOGRAFIA ALVÃO; Clichés do porto 1902-2002; Edição Fotografia Alvão.

GUIA DE PORTUGAL; Entre Douro e Minho; I Douro Litoral; 1994; Fundação Calouste Gulbenkian.

HISTÓRIA do PORTO; SILVA, Armando Coelho; SOUSA, Armindo; SILVA, Francisco Ribeiro; PEREIRA, Gaspar Martins; SERÉM, Maria do Carmo; GUICHARD, François; 2000; Porto Editora.

HISTÓRIA DO PORTO, Como Nasce uma Cidade, Das Origens ao Condado portugalense; 2010; QN-Edição e Conteúdos, S.A.

MARINA Graça; PIMENTEL, Maria Helena,2002, “Seis Percursos pelo PORTO PATRIMÓNIO MUNDIAL”, Porto, Edições Afrontamento.

MARTINS, Guilherme D’Oliveira; 2009; Património, Herança e Memória; Colecção Trajectos; Gradiva.

MENÉRES, João, 2001, Encontro com o PORTO, Marca AG-Porto.

MONUMENTOS, Revista Nº 14 Março 2001; Lisboa; Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.



O PORTO E A EUROPA DO RENASCIMENTO; Exposição Paralela à XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura; Casa do Infante, Porto, 1983; Realização dos Serviços Culturais da Câmara Municipal do Porto; Inova.

OPPIDUM, Revista de Arqueologia, História e Património, Nº1-2006; Câmara Municipal de Lousada.

OLIVEIRA, Eduardo Pires de; IMAGENS DO PORTO OITOCENTISTA; 1985; Arquivo Histórico da Câmara Municipal Do Porto; ARPPA- Associação Regional de Protecção do Património Cultural e Natural.

PACHECO, Hélder, 1998, “O PORTO no tempo da gerra,1939-1945”,Porto, Edições Afrontamento.

PATRIMÓNIO DA HUMANIDADE; Os Sítios Naturais e Culturais Inscritos na Lista da UNESCO; Volume 5; Maio 2005, Circulo de Leitores.

PATRIMÓNIO, Estudos; Revista do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico; Revista Nº 11; Julho 2001; Lisboa; IGESPAR.

PEIXOTO, Paulo; 2002; Os Meios Rurais e a Descoberta do Património; Oficina do CES, Nº 175.

PEREIRA Paulo, SANTANDREU Roberto, NASCIMENTO José Carlos;2002, PORTUGAL Património Mundial, Lisboa, Pandora.

PONTE, Brigadeiro Nunes; 2002; Recordando o Velho Porto, Enepê.

PORTO A PATRIMÓNIO MUNDIAL; Processo de candidatura da Cidade do Porto à classificação pela UNESCO como Património Cultural da Humanidade; 1993; Câmara Municipal do Porto.

PORTO A PATRIMÓNIO MUNDIAL; Processo de candidatura do CENTRO HISTÓRICO DO PORTO à UNESCO – Livro II; 1998; CRUARB – Projecto Municipal para a Renovação urbana do Centro Histórico do Porto.

PORTO PATRIMÓNIO MUNDIAL; Livro de Ouro; 1999; O Comércio do Porto; Lisgráfica.

PORTO – PATRIMÓNIO E PARADIGMAS; 1997; Organização e textos de João de Campos; Câmara Municipal do Porto.

PORTO REFLECTIR (SOBRE) A CIDADE HISTÓRICA; 1999; Organização e textos de João Campos, com participação de: Rui Loza, Alvaro Bayo, Michel Bonnette, Ray Bondin e Victor Marin; Câmara Municipal do Porto.

PORTO, Projecto Piloto Urbano da Sé; 1996; Câmara Municipal do Porto; Norprint.



PORTO 1865, Uma Exposição; 1994; Comissariado da Exposição Mundial de Lisboa – EXPO 98; Maiadouro.

RIBEIRO, Ernesto Vaz; PORTO Pontos de Encontro de História, Arte e Religião; Parte I – A Penaventosa; Dezembro de 2010; Zéfiro.

SARAIVA, Arnaldo; 2001; O Sentimento de Porto; Porto, Norprint.

SILVA, Germano; 2002; PORTO Uma Cidade a Descobrir; Lisboa, Editorial Notícias.

SILVA, Germano; 2006; PORTO Caminhos e Memórias, Porto, Casa das Letras.

SILVA, Germano; 2008; PORTO Sítios com História; Porto, Casa das Letras.

SILVA, Germano; 2009; PORTO nos Atalhos da História; Porto, Casa das Letras.

TOMÉ, Miguel; 2002; Património e Restauro em Portugal (1920-1995); FAUP - Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

WARNIER, Jean-Pierre; 2000; A Mundialização da Cultura; Bauru/SP; Edusc.



Sites utilizados e sugeridos

Tempo, Memória e Património

[http://www.lusosofia.net/textos/agostinho de hipona confessiones livros vii x xi.pdf](http://www.lusosofia.net/textos/agostinho_de_hipona_confessiones_livros_vii_x_xi.pdf)

http://www.snpcultura.org/vol_patrimonio_heranca_e_memoria.html

Localização Geologia e Granito do Porto

http://www.apgeologos.pt/eventos/carta_geot/02.pdf

[http://www.apha.pt/boletim/boletim2/pdf/Leonor Botelho.pdf](http://www.apha.pt/boletim/boletim2/pdf/Leonor_Botelho.pdf)

<http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/12403/2/%20Texto%20integral.pdf>

Cartas e Convenções Internacionais sobre Património

http://www.unesco.pt/cgi-bin/cultura/temas/cul_tema.php?t=14

<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/legislacaosobrepatrimonio/>

Património

<http://whc.unesco.org/>

http://www.360portugal.com/Menu_Patrimonio/

[http://wikitravel.org/pt/Patrim%C3%B4nio da Humanidade](http://wikitravel.org/pt/Patrim%C3%B4nio_da_Humanidade)

<http://www.pentaxforums.com/forums/pt/mini-challenges-games-photo-stories/142345-thematic-world-heritage-photos.html>

<http://www.thesalmons.org/lynn/whgmap.html>

<http://www.culturaonline.pt/MuseusMonumentos/patrimoniomundial/Pages/default.aspx>

<http://www.culturaonline.pt/PatrimonioPortuguesMundo/Pages/default.aspx>

http://www.gulbenkian.pt/media/files/FTP_files/pdfs/newsletter2010/NL113.pdf

<http://pt-br.facebook.com/pages/Patrim%C3%B3nio-de-Origem-Portuguesa-no-Mundo/142672235750973>

<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/mundial/origemportuguesa/>

<http://www.culturaonline.pt/PatrimonioPortuguesMundo/Pages/default.aspx>

<http://www.gulbenkian.pt/media/files/agenda/eventos2010/PatrimonioPortugues.pdf>

<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n55/n55a06.pdf>

<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo8461.pdf>



http://pt.wikipedia.org/wiki/Centro_Hist%C3%B3rico_do_Porto#Candidatura_a_Patrim.C3.B3nio_da_Humanidade

<http://www.360portugal.com/Distritos.QTVR/Porto.VR/vilas.cidades/Porto/index.html>

<http://www.visitporto.travel/Visitar/Paginas/default.aspx>

<http://www.cm-porto.pt/>

<http://jep.portodigital.pt/>

<http://ssru.wordpress.com/>

http://www.portovivosru.pt/sub_menu_1_1.php

<http://www.portoxxi.com/album/index.php>

<http://www.porto.taf.net/dp/>

<http://quintacidade.com/>

<http://www.portoantigo.org/>

<http://aportanobre.blogspot.com/>

<http://amaroporto2.blogs.sapo.pt/>

<http://jpn.icicom.up.pt/>

<http://portoponto.blogs.sapo.pt/>

<http://cidadesurpreendente.blogspot.com/>

<http://ascasasdoporto.blogspot.com/>

http://paginas.fe.up.pt/~jmf/htbin/apc.cgi?nome_editor=Arnaldo+Soares&nome_serie=S%C3%A9rie+Geral&acr_editor=as&acr_serie=sg

<http://amen.no.sapo.pt/>

Filmes sugeridos

http://www.youtube.com/watch?v=FFN8vvjXUhs&feature=results_video&playnext=1&list=PL9EC8CAC807F82F34

<http://www.youtube.com/watch?v=EP1FCtxhznk&feature=related>

<http://www.youtube.com/watch?v=KmJzFE9NM0&feature=related>

